



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 205/2026 - COMPRASGOV N.º 90205/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0052.013537.00017/2025-66
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF.
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	16/06/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	29/05/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Mario Jorge Mores de Oliveira

NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
<p>Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.</p>	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO
- 1.1.

Constitui objeto da presente licitação a Registro de preços para **Aquisição de Soluções de TIC (Hardware, Software), Drones, periféricos e acessórios específicos para o IDAF/AC**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades deste Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF.
- 1.2.

Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.
- 1.3.

Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços
2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 2.1.

O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.
- 2.2.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.
- 2.2.1.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
- 3.1.

Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública**.
- 3.2.

O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.
- 3.3.

A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.
- 3.4.

As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 3.5.

Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
- 4.6.

A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 4.7.

Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:
- 4.7.1.

Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.7.2.

Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 4.7.3.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.7.4.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.7.5.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.7.6.

Em observância do Art.48, Inciso **I**, da Lei Complementar nº123/2006 e Art. 94, XII do Decreto Estadual nº11.363/2023. O Lote número **V** desta contratação, serão destinados a Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte. Os Lotes número **I, II, III e IV** serão de ampla disputa.
- 4.8.

Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:
- 4.8.7.

aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.8.8.

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.8.9.

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.8.10.

pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.8.11.

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,

- colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.8.12. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.8.13. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.8.14. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;
- 4.8.14.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.8.15. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**.
- 4.8.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.8.17. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.8.18. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.9. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.12. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.
- 7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:
- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
 - II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
 - III - divulgação do resultado da habilitação;
 - IV - disputa entre os licitantes habilitados;
 - V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
 - VI - divulgação do resultado do julgamento; e
 - VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote
- 9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:
- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(a) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (Por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I - ITEM 18, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3.	Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
15.2.	O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
15.3.	Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
15.4.	A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
15.4.1.	Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
15.4.2.	Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
15.5.	O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
15.6.	Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
15.6.1.	convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
15.6.2.	adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
16.	DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
16.1.	Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
17.	DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO
17.1.	Não será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
18.	DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS
18.1.	Definido pelo TR.
19.	DA SUBCONTRATAÇÃO
19.1.	Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.
20.	DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO
20.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
21.	DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO
21.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
22.	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
22.1.	Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.
23.	DO TERMO DE CONTRATO
23.1.	Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
24.	DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
24.1.	Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste Edital.
25.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
25.1.	Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.
26.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
26.1.	As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021 , e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
26.2.	Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
26.3.	Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
27.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
27.1.	As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
27.2.	Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

- 27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.
- 27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.
- 27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
- 27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório
- 27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.
- 27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.
- 27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.
- 27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.
- 27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Antonia Jucilene Oliveira de Moraes
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais- DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIA JUCILENE OLIVEIRA DE MORAIS, Chefe(a) de Divisão**, em 28/05/2026, às 10:12, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021076574** e o código CRC **50F9CE36**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18/2026/IDAF - ATI

Processo nº 0052.013537.00017/2025-66

1.	INTRODUÇÃO
1.1.	O presente Termo de Referência estabelece as condições e especificações para a aquisição estratégica de soluções integradas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAs), visando a modernização, expansão e diversificação da infraestrutura tecnológica do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre (IDAF/AC). A contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023, estruturando-se para suprir carências críticas na capacidade de processamento, armazenamento e análise de dados técnico-operacionais da autarquia.
1.2.	O IDAF/AC, autarquia estadual vinculada à SEAGRI e classificada como serviço essencial à saúde pública (Lei nº 3.963/2022), atua nos eixos de Defesa, Inspeção e Fiscalização Agropecuária. Atualmente, a instituição enfrenta limitações estruturais que comprometem a execução de ações de vigilância ativa georreferenciadas e análises de risco sanitário baseadas em modelagem preditiva. A solução proposta abrange hardware de alto desempenho (Storage Arrays e Workstations de IA), licenciamento de softwares especializados e drones com sensores avançados, elementos indispensáveis para o projeto estratégico de Inteligência Artificial conduzido em parceria com a EMBRAPA.
1.3.	A realidade geográfica do Estado do Acre — caracterizada por uma cobertura florestal de aproximadamente 84% e um clima de calor e umidade extremos — impõe requisitos rigorosos de robustez e durabilidade dos equipamentos. A logística complexa da região Norte justifica exigências contratuais específicas de garantia on-site com suporte especializado, mitigando riscos de ociosidade operacional.
1.4.	Sob a ótica da eficiência administrativa e do princípio da padronização (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/21), este TR consolida o ecossistema tecnológico da instituição (marcas de referência Dell e DJI), garantindo interoperabilidade plena, redução do Custo Total de Propriedade (TCO) e otimização do treinamento de pilotos e técnicos de TI. Esta contratação, alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) e à missão legal do Instituto (Lei nº 1.478/2003), harmoniza as necessidades institucionais com as normas da ANAC (RBAC-E nº 94), DECEA (MCA 56-5) e ANATEL (Ato nº 14.448), blindando juridicamente a modernização do reequipamento agropecuário acreano.
1.5.	Do enquadramento legal e regulatório
1.6.	A presente contratação e a execução do objeto regem-se pelo arcabouço normativo detalhado a seguir, devendo a Contratada observar integralmente todas as obrigações e requisitos técnicos estabelecidos.
1.7.	Licitações e Contratos Administrativos (Governança e Ritos)
1.7.1.	Lei Federal nº 14.133/2021: Norma geral de licitações e contratos, observando-se os princípios do planejamento, eficiência, segregação de funções e gestão de riscos.
1.7.2.	Decreto Estadual (AC) nº 11.363/2023: Regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Acre, definindo as competências e procedimentos específicos para a fase preparatória, a fase pública e a execução contratual.
1.8.	Regulação de Aviação Civil e Acesso ao Espaço Aéreo (RPAS/Drones)
1.8.1.	RBAC-E nº 94 (ANAC): Requisitos gerais para aeronaves não tripuladas de uso civil.
1.8.2.	ICA 100-40 (DECEA): Define as Regras de Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro por Aeronaves Não Tripuladas.
1.8.3.	MCA 56-5 (DECEA): Acesso ao espaço aéreo para drones em proveito de órgãos de segurança pública e defesa civil.
1.8.4.	ISE 94-003A (ANAC): Orientações para a elaboração da Avaliação de Risco Operacional.
1.9.	Telecomunicações, Avaliação da Conformidade e Fiscalização (ANATEL)
1.10.	Dada a natureza dos equipamentos de rádio frequência (Drones e Redes), a Contratada deve cumprir:
1.10.1.	Resolução nº 715/2019 (ANATEL): Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações, que estabelece as regras gerais para que qualquer produto seja comercializado e utilizado no Brasil.
1.10.2.	Portaria nº 2843/2024 (ANATEL): Estabelece os procedimentos de fiscalização para a regularização de aeronaves remotamente pilotadas, reforçando a necessidade de que os drones possuam selo de homologação visível e conformidade técnica rigorosa para evitar apreensões e multas.
1.10.3.	Ato nº 14.448 (ANATEL): Requisitos técnicos de conformidade para equipamentos de radiação restrita.
1.10.4.	Ato nº 7.280 (ANATEL): Lista de Referência de Produtos para Telecomunicações submetidos à homologação.
1.11.	Sustentabilidade Ambiental e Gestão de Resíduos (Logística Reversa)
1.12.	Considerando que o objeto contempla equipamentos eletrônicos e baterias de alta densidade energética, a Contratada deverá observar:
1.12.1.	Lei Federal nº 12.305/2010: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecendo a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (Art. 30).
1.12.2.	Decreto Federal nº 10.936/2022: Regulamenta a PNRS e reforça a obrigatoriedade de estruturação e implementação de sistemas de Logística Reversa para produtos eletroeletrônicos e seus componentes (Art. 12-29), garantindo o descarte ambientalmente adequado após o fim da vida útil, mitigando impactos no solo e recursos hídricos do Estado do Acre.
1.13.	Proteção de Dados Pessoais (Segurança da Informação)
1.13.1.	Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD): Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais. Toda e qualquer coleta de dados realizada pelos sistemas de TIC ou durante as operações de fiscalização com Drones (captação de imagens, georreferenciamento e dados de propriedade) deve observar os princípios da finalidade, necessidade e segurança, garantindo os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade.
2.	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (OBJETO)
2.1.	Abertura de Processo Licitatório - Objetivando a Aquisição de Soluções de TIC (Hardware, Software), Drones, periféricos e acessórios específicos para o IDAF/AC, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades deste Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF.
3.	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES:

LOTE I

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
------	------------------------	---------	-------------------	--------------------	-------------------------	----------------------

01	Solução Centralizada de Armazenamento de Dados de Alta Capacidade e Confiabilidade (Storage Array) Dell PowerVault ME5024	UN	01	01		
02	Soundbar para Monitor	UN	01	01		
03	Teclado Empresarial com Teclas Multimídia, Conexão com Fio e Layout ABNT2	UN	15	20		
04	Mouse Empresarial com Tecnologia Laser, Conexão com Fio e Botões Laterais Programáveis	UN	15	20		
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE I: R\$						

LOTE II

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
05	Estação de Trabalho de Alto Desempenho para Inteligência Artificial	UN	02	03		
06	Monitor Profissional de 32 Polegadas com Resolução 4K	UN	04	06		
07	SSD Externo Portátil de 2TB, Alta Velocidade (USB 3.2 Gen 2) e Resistente	UN	08	10		
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE II: R\$						

LOTE III

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
08	Drone Aéreo Ultra Leve (até 249,9g) com Câmera 4K e Kit de Voo Estendido	UN	03	05		
09	Drone Profissional Enterprise com Câmera Avançada e Detecção Omnidirecional	UN	02	03		
10	Drone FPV Imersivo com Câmera 4K e Kit Multibateria	UN	01	01		
11	Hub de Carregamento Triplo Inteligente para Baterias de Drone (para drone Mini 2/SE)	UN	01	02		

12	Hub de Carregamento Triplo Inteligente para Baterias de Drone (para drone Mini 5 Pro)	UN	03	05		
13	Hub de Carregamento Quadruplo Inteligente da série DJI Matrice 4	UN	04	06		
14	Carregador Rápido USB-C DJI 65W BR - DJI1030	UN	05	06		
15	Carregador Rápido de 100W com Porta USB-C (PD) e Porta USB-A	UN	03	04		
16	Bateria de Voo inteligente para Drone Mini 2/SE (~ 31 Minutos de autonomia (STD))	UN	03	06		
17	Bateria de Voo inteligente para Drone Mini 5 Pro (~ 52 Minutos de autonomia (PLUS))	UN	09	15		
18	Bateria de Voo inteligente para Drone Matrice 4E Séries (~ 45 Minutos de autonomia (HC))	UN	18	24		
19	Cartão de Memória Micro SDXC de 128GB, Alta Velocidade (U3/V30) e Resistente	UN	14	20		
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE III: R\$						

LOTE IV

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
20	Switch de Agregação L3 de Alta Capacidade (Portas 10G SFP+ e 25G SFP28)	UN	01	01		
21	Switch Enterprise L3 com 48 Portas 2.5GbE PoE+ (e 4 Uplinks 10G SFP+)	UN	02	03		
22	Switch Enterprise L3 de 24 Portas PoE+ (com 12 Portas 2.5GbE e 2 Uplinks 10G SFP+)	UN	01	02		
23	Câmera de Vigilância IP Tipo Dome (5MP, Visão Noturna, PoE)	UN	04	05		
24	Controlador de Rede UniFi com NVR Integrado (e Armazenamento de 1TB)	UN	01	01		
25	Access Point Wi-Fi 6 de Longo Alcance	UN	05	06		

	(Alimentação PoE+)					
26	Access Point Wi-Fi 6E Enterprise (Uplink 2.5GbE, PoE+)	UN	01	01		
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE IV: R\$						

LOTE V

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
27	Aquisição de Licença de Software Perpétua para Processamento Fotogramétrico e Geração de Ortofotos, Pix4Dmapper ou equivalente funcional.	UN	02	02		
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE V: R\$						

3.1. O valor total estimado dos lotes é de **R\$**

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS - DESCRITIVOS

LOTE I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ REGISTRO
01	SOLUÇÃO CENTRALIZADA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE ALTA CAPACIDADE E CONFIABILIDADE (Storage Array): Dell ME5024 Storage Array: <ul style="list-style-type: none"> • 25Gb iSCSI 8 Port Dual Controller; • 4x Transceiver, 10Gb SFP+, Short Range; • 4x Dell Networking Cable, OM4 LC/LC Fiber Cable, (Optics required), 10 Meter; • Rack Rails 2U; • 12x 2.4TB 10K RPM SAS 12Gbps 512e 2.5in Hot-plug Hard Drive; • 12x 1.92TB SSD SAS Read Intensive up to 24Gbps 512e 2.5in Hot-Plug 1WPD, AG Drive; • ME Series 2U Bezel; • Power Supply, 580W, Redundant, WW; • Dell PowerVault ME Series 2U-24, CE Marking; • NBR14136-C13, 250V, 2 meter Power Cord for Brazil, Qty 2; • Dell ME5024 Shipping; • 3 Years ProSupport and 4-Hour Onsite Service-BZ, • ProDeploy Plus Storage ME 5XXX 2U-BZ. 	UN	01
02	SOUNDBAR PARA MONITOR DELL - Soundbar Dell SB521A - Áudio: <ul style="list-style-type: none"> • Potência total: 3.6W RMS (1.8W x 2); • Resposta de frequência: 180 Hz a 20 kHz; • Relação sinal/ruído (SNR): 85 dB; • Impedância: 4 Ohms; • Alto-falantes: Dois drivers de 1.5 polegadas. - Conectividade: <ul style="list-style-type: none"> • Conexão: USB-A (alimentação e áudio); • Comprimento do cabo: 2 metros. - Design e Dimensões: <ul style="list-style-type: none"> • Cor: Preto; • Dimensões (A x L x P): 18 mm x 406 mm x 37 mm; • Peso: 114 gramas; 	UN	01

	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação: Encaixe magnético em monitores Dell compatíveis. <p>- Compatibilidade:</p> <p>Monitores Dell compatíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • P2222H; P2422H; P2722H; P3222QE; U2422H; U2722D; U2722DE; U3223QE; U3423WE; U4021QW. <p>- Alimentação:</p> <p>Alimentação: USB (5V).</p>		
03	<p>TECLADO EMPRESARIAL COM TECLAS MULTIMÍDIA, CONEXÃO COM FIO E LAYOUT ABNT2 – Teclado Multimídia Empresarial da Dell - KB522:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de Teclado: Com fio; • Interface: USB; • Layout: ABNT2 (Brasil); • Número de Teclas: 104 teclas (aproximadamente); • Teclas Multimídia: • Volume Up; • Volume Down; • Mute; • Play/Pause; • Previous Track; • Next Track; • Tipo de Teclas: Perfil médio; • Construção: Plástico ABS de alta qualidade; • Resistência a Derramamento: Sim (design resistente a pequenos derramamentos); • Cor: Preto; • Dimensões: Aproximadamente 442 mm x 127 mm x 24.4 mm; • Peso: Aproximadamente 503 g; • Compatibilidade: Windows, Linux; • Características e Funções: • Teclas Multimídia Dedicadas: Acesso rápido e fácil às funções de controle de mídia, aumentando a produtividade; • Design Ergonômico: Teclas de perfil médio proporcionam uma experiência de digitação confortável e silenciosa; • Construção Durável: Plástico ABS de alta qualidade garante durabilidade e resistência ao uso diário; • Resistência a Derramamento: Design resistente a pequenos derramamentos protege o teclado contra danos causados por líquidos; • Fácil Instalação: Conexão USB plug-and-play para fácil instalação e uso, • Indicadores LED: Indicadores de Num Lock, Caps Lock e Scroll Lock. 	UN	20
04	<p>MOUSE EMPRESARIAL COM TECNOLOGIA LASER, CONEXÃO COM FIO E BOTÕES LATERAIS PROGRAMÁVEIS - Mouse Laser com fio Dell – MS3220:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de Mouse: Com Fio; • Tecnologia de Rastreamento: Laser; • Resolução (DPI): 3200 DPI; • Número de Botões: 6; • Botão esquerdo; • Botão direito; • Botão de rolagem (com clique); • Botões laterais (2 programáveis); • Interface: USB; • Comprimento do Cabo: 1.8 metros (aproximadamente); • Design: Ergonômico para Destros; • Cor: Preto; • Dimensões: Aproximadamente 115.5 mm x 69.7 mm x 41.6 mm; • Peso: Aproximadamente 111 g; • Compatibilidade: Windows, Linux, Chrome OS; • Características e Funções: • Sensor Laser de Alta Precisão: Oferece rastreamento preciso e suave em diversas superfícies; • Design Ergonômico: Formato confortável para uso prolongado, reduzindo a fadiga; • Botões Laterais Programáveis: Permitem personalizar funções e atalhos para aumentar a produtividade; • Resolução Ajustável: 3200 DPI para ajuste fino da sensibilidade do mouse; 	UN	20

	<ul style="list-style-type: none"> • Plug-and-Play: Conexão USB para fácil instalação e uso imediato, • Construção Durável: Materiais de alta qualidade para garantir durabilidade e resistência ao uso diário. 		
--	---	--	--

LOTE II

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ REGISTRO
05	<p>ESTAÇÃO DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO PARA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - Workstation IA contendo</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1x Controladora p/ ventoinhas 4 pinos Noctua NA-FH1; • 1x Cooler p/ Processador (CPU) - Noctua - NH-U14S TR4-SP3; • 1x Fonte ATX - 1200W - Corsair RM1200e - 80 Plus Gold Full Modular - CP-9020258-NA (s/ cabo de força); • 1x Gabinete E-ATX - Fractal Design Meshify 2 XL - FD-C-MES2X-01; • 1x HD 16TB SATA Seagate IronWolf PRO - ST16000NT001 (3,5pol, 6Gb/s, 7.200 RPM, 256MB Cache); • 1x Kit Montagem Noctua (sTRX5/sWRX9) - NM-TR5-SP6; • 8x Memória Servidor DDR5 - 32GB / 4.800MHz / ECC UDIMM 2Rx8 ECC - RDIMM; • 1x Placa de vídeo - NVIDIA GeForce RTX 5090 (32GB / PCI-E GDDR7) ; • 1x Placa mãe ASUS Pro WS WRX90E-SAGE SE CEB; • 1x Processador AMD Ryzen Threadripper PRO 7965WX (24 núcleos/ 48 threads) - 100-100000885WOF; • 1x Sistema Operacional - Microsoft Windows 11 Professional 32/64bits - FQC-10520; • 2x SSD - 2,5pol / SATA3 - 1,92TB - Kingston DC600M Data Center Series SEDC600M/1920G (3D TLC, R/W 560MBs/530MBs); • 3x SSD - M.2 (2280 / PCIe NVMe) - 2TB - Samsung 980 Pro - MZ-V8P2T0B/AM; • 6x Ventoinha (Cooler) - 12cm - Noctua Industrial - NF-F12iPPC-2000, • 1x Ventoinha (Cooler) - 14cm - Noctua - NF-A15 PWM 4 229,72 918,88 72. 	UN	03
06	<p>MONITOR PROFISSIONAL DE 32 POLEGADAS COM RESOLUÇÃO 4K</p> <p>- Tela:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo de telas: 32; • Tamanho da Tela (cm): 81.5; • Tamanho da tela: 31.5; • Curvatura da Tela: Flat; • Tamanho da tela ativa (HxV) (mm): 698.4 x 392.85mm; • Proporção de tela: 16:09; • Tipo de Painel: VA; • Brilho (Típico): 270 cd/m²; • Brilho (Min): 225 cd/m²; • Contraste Estático: 3000:1(Typ),2000:1(Min); • Relação de Contraste Dinâmico: Mega ∞ DCR; • Resolução: 3,840 x 2,160; • Tempo de Resposta: 4(GTG) ms; • Ângulo de Visão (Horizontal / Vertical): 178°(H)/178°(V); • Suporte de Cores: 1.07B; • Gama de Cores (NTSC): 97%(typ); • Taxa de Atualização: 60hz. <p>- Conectividade:</p>	UN	06

	<ul style="list-style-type: none"> • Display Port 1EA; • HDMI version 2.0 x 1,1.4; • Headphone, • HDMI 2 EA. <p>- Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto com Base (LxAxP, mm): 729.5 x 534.5 x 250.5 mm, • Produto sem Base: 729.5 x 427.8 x 56.4 mm 		
07	<p>SSD EXTERNO PORTÁTIL DE 2TB, ALTA VELOCIDADE (USB 3.2 GEN 2) E RESISTENTE – Similar ao SSD Externo Portátil SanDisk Extreme, 2TB:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 2TB (Terabytes); • Interface: USB 3.2 Gen 2 (10Gbps); • Velocidade de Leitura Sequencial: Até 1050 MB/s; • Velocidade de Escrita Sequencial: Até 1000 MB/s; • Resistência: • Resistente à água e poeira (IP55); • Resistente a quedas de até 2 metros; • Criptografia: Criptografia de hardware AES de 256 bits; • Temperatura de Operação: 0°C a 45°C (32°F a 113°F); • Temperatura de Armazenamento: -20°C a 70°C (-4°F a 158°F); • Dimensões: Aproximadamente 8.85 mm x 49.55 mm x 96.2 mm; • Peso: Aproximadamente 78.9 g; • Cor: Preto; • Compatibilidade: Windows, macOS, Android; • Software: SanDisk SecureAccess (para proteção por senha e criptografia); • Características e Funções: • Altas Velocidades: Transferência de dados rápida com velocidades de leitura de até 1050 MB/s e escrita de até 1000 MB/s.; • Portabilidade: Design compacto e leve para fácil transporte; • Resistência: Proteção contra água, poeira (IP55) e quedas de até 2 metros para uso em ambientes adversos; • Segurança: Criptografia de hardware AES de 256 bits e software SanDisk SecureAccess para proteção por senha; • Ampla Compatibilidade: Funciona com Windows, macOS e Android; • Conectividade: Interface USB 3.2 Gen 2 para transferências rápidas; • Loop Integrado: Permite prender o SSD em mochilas, chaves, etc; • Conteúdo da Embalagem: • 1 x SSD Externo Portátil SanDisk Extreme 2TB; • 1 x Cabo USB-C para USB-C, • 1 x Adaptador USB-C para USB-A. 	UN	10

LOTE III

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ REGISTRO
------	-----------	---------	-----------------------

08	<p>DRONE AÉREO ULTRA LEVE (ATÉ 249,9G) COM CÂMERA 4K E KIT DE VOO ESTENDIDO – Drone similar ao Dji Mini 5 Pro Combo Fly More Plus</p> <p>- Visão geral da aeronave:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Peso: 249,9 g (ultraleve – abaixo de 250 g); • Design dobrável e compacto; • GNSS: GPS + Galileo + BeiDou; • Armazenamento interno: 42 GB. <p>- Desempenho de voo (com bateria Plus):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Velocidade máxima: 19 m/s (~68 km/h); • Subida: até 10 m/s; • Descida: até 8 m/s; • Autonomia máxima: até 52 minutos; • Tempo típico de voo: ~33 minutos; • Distância máxima de voo: até 32 km; • Altitude máxima: 4500 m (com bateria Plus); • Resistência ao vento: 12 m/s. <p>- Câmera:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensor: CMOS 1” (1 polegada); • Resolução: 50 MP; • Abertura: f/1.8; • Fotos: JPEG e RAW (DNG); • Vídeo: • 4K até 120 fps; • Full HD até 240 fps; • Bitrate até 130 Mbps; • Codificação H.264 / H.265; • Zoom digital: • 4K: até 3x; • Full HD: até 4x. <p>- Estabilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gimbal mecânico triaxial (3 eixos); • Alta precisão (±0,005°). <p>- Sensores e segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Detecção omnidirecional (todos os lados); • Inclui: • Sistema visual binocular; • LiDAR frontal (melhora voo noturno); • Sensor infravermelho inferior. <p>- Transmissão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema: O4+; • Alcance máximo: • até 20 km (FCC); • Transmissão ao vivo: • 1080p (30/60 fps); • Latência: ~120 ms; • Wi-Fi 6 com alta velocidade (até 100 MB/s em laboratório). <p>- Bateria Plus (diferencial principal):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 4680 mAh; • Energia: 33,51 Wh; • Peso: ~117 g; • Autonomia significativamente maior (até 52 min); • Tempo de carga: • ~56 min (hub); • ~94 min (no drone). 	UN	05
	<p>DRONE PROFISSIONAL ENTERPRISE COM CÂMERA AVANÇADA E DETECÇÃO OMNIDIRECIONAL – Drone DJI Matrice 4E</p> <p>- Visão geral da aeronave:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Peso de decolagem: ~1,22 kg; • Peso máximo: até 1,43 kg; • Carga útil máxima: 200 g; • Estrutura dobrável e compacta; • Autonomia de voo: até 49 minutos; • Distância máxima de voo: até 35 km; 		

09	<ul style="list-style-type: none"> • Velocidade máxima horizontal: 21 m/s (~75 km/h); • Altitude máxima: 6000 m (4000 m com carga). <p>- Desempenho e operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência ao vento: até 12 m/s; • Temperatura de operação: -10 °C a 40 °C; • Sistema GNSS completo (GPS, Galileo, BeiDou, GLONASS com RTK); • Alta precisão de posicionamento com RTK (centimétrica); • Sensores omnidirecionais para desvio de obstáculos. <p>- Sistema de câmeras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmera principal (wide): • Obturador eletrônico: 2-1/8000 s; • Obturador mecânico: 2-1/2000 s; • Sensor CMOS 4/3; • 20 MP; • Abertura ajustável: f/2.8 a f/11; • Suporte a RAW (DNG); • Telecâmeras: • Média: 48 MP (70 mm equivalente); • Tele: 48 MP (168 mm equivalente); • Zoom digital até 16x (112x híbrido); • Fotografia: • Intervalo mínimo: 0,5 s; • Panorama até 100 MP; • Vídeo: • Até 60 Mbps; • Formato MP4 (H.264); <p>- Estabilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gimbal triaxial (inclinação, rotação e giro); • Alta precisão: vibração angular de ±0,007°; <p>- Transmissão e controle:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema O4 Enterprise; • Alcance máximo: até 25 km (FCC / Brasil); • Transmissão ao vivo: 1080p a 30 fps; • Latência: ~130 ms; • Controle remoto com tela de 7" e brilho de 1400 nits; <p>- Bateria e energia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 6741 mAh (99,5 Wh); • Autonomia compatível com voos longos (até 49 min); • Vida útil: ~200 ciclos; • Carregamento em sequência de até 4 baterias. 	UN	03
10	<p>DRONE FPV IMERSIVO COM CÂMERA 4K E KIT MULTIBATERIA – Drone DJI Avata 2 Fly More Combo (3 Baterias)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aeronave: Peso de decolagem: Aproximadamente 377 g; • Dimensões (C×L×A): 185×212×64 mm; • Distância diagonal: 146 mm; • Velocidade máxima de ascensão: 9 m/s; • Velocidade máxima de descida: 9 m/s; • Velocidade máxima horizontal (ao nível do mar, sem vento): 16 m/s (no Modo Normal ou Modo Sport); • Altitude máxima de decolagem: 5000 m; • Tempo máximo de voo: Aproximadamente 23 minutos ; • Resistência máxima à velocidade do vento: 39,6 km/h; • Temperatura de funcionamento: -10° a 40° C; • GNSS: GPS + Galileo + BeiDou; • Precisão de pairar: Vertical: ±0,1 m (com posicionamento visual) / ±0,5 m (com posicionamento GNSS) Horizontal: ±0,3 m (com posicionamento visual) / ±1,5 m (com posicionamento GNSS); • Armazenamento Interno: 46 GB; 	UN	01

	<ul style="list-style-type: none"> • Câmera: Sensor de imagem: 1/1.3 polegadas CMOS, Pixels efetivos: 12 MP; • Lente: • FOV: 155°; • Abertura: f/2.8; • Alcance do foco: 0,6 m a ∞; • Alcance ISO: 100-25600; • Velocidade do obturador: Vídeo: 1/8000-1/30 s / Foto: 1/8000-1/50 s; • Resolução máxima da imagem: 4000×3000; • Modos de fotografia: Disparo único; • Resolução de vídeo: • - 4K (4:3): 3840×2880 a 30/50/60 fps; • - 4K (16:9): 3840×2160 a 30/50/60 fps; • - 2.7K (4:3): 2688×2016 a 30/50/60 fps; • - 2.7K (16:9): 2688×1512 a 30/50/60 fps; 		
11	<p>HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO PARA BATERIAS DE DRONE (MINI 2/SE) – Hub de Bateria Triplo Original Dji Mini 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compatibilidade: Baterias de Voo Inteligente DJI Mini 2; • Número de Slots de Bateria: 3; <p>- Entrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5V/3A; • 9V/3A; • 12V/3A; <p>- Saída USB:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5V/2A; • Tempo de Carregamento (por bateria): Aproximadamente 4,5 horas (dependendo do adaptador de energia usado); • Temperatura de Funcionamento: 5° a 40°C (41° a 104°F); • Cor: Cinza escuro • Dimensões: Aproximadamente 72 x 55 x 32 mm; • Peso: Aproximadamente 72 g; <p>- Características e Funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carregamento Sequencial: Carrega as baterias em ordem de nível de energia, da mais alta para a mais baixa, para priorizar a bateria mais carregada; • Indicadores LED: Exibe o status de carregamento de cada bateria individualmente; • Função de Armazenamento: Pode ser usado para armazenar as baterias de forma segura quando não estiverem em uso; • Função Power Bank: Permite carregar dispositivos móveis, como smartphones, através da porta USB, • Proteção Inteligente: Possui proteção contra sobrecarga, sobretensão e superaquecimento para garantir a segurança durante o carregamento. 	UN	02
	<p>HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO INTELIGENTE PARA BATERIAS DE DRONE (PARA DRONE MINI 5 PRO) – Hub de Carregamento de Bateria Triplo Original DJI Mini 5 Pro:</p> <p>- Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de Slots: 3. • Entrada (USB-C): • 5 V / 9 V / 12 V / 15 V: Até 4.3 A. 		

12	<ul style="list-style-type: none"> • Potência Recomendada: Adaptador de Energia USB-C DJI 65W (ou carregadores PD de alta potência). • Saída: • Porta da Bateria: 5 V a 15 V, Máx. 2 A. • Porta USB-A (Power Bank): 5 V / 2 A (para carregar o controle remoto ou celular usando a carga das baterias do drone). • Tempo de Carregamento (Usando Carregador 65W): • Três Baterias Padrão: Aproximadamente 115 minutos (carregamento otimizado). • Três Baterias Plus: Aproximadamente 3 horas. • Bateria Individual: Aproximadamente 46 minutos (Padrão). • Características e Funções Avançadas: <p>Acúmulo de Energia (Power Accumulation): Pressione e segure o botão de função para transferir a carga restante de várias baterias para a bateria que estiver com o nível mais alto. Isso permite "salvar" um voo extra com o que restou das outras baterias.</p> <p>Carregamento Inteligente: Prioriza a bateria com mais carga para que você tenha uma unidade pronta para voar o mais rápido possível.</p> <p>Indicadores LED Dinâmicos: Exibem o nível de carga e o status do processo de acúmulo de energia.</p> <p>Peso: Aproximadamente 95 g (levemente superior ao anterior devido aos novos componentes de dissipação para 65W).</p>	UN	05
13	<p>HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO INTELIGENTE PARA BATERIAS DE DRONE (COM MODO DE ARMAZENAMENTO - PARA DRONE MATRICE 4E) – HUB DE BATERIA TRIPLO ORIGINAL MATRICE 4:</p> <p>O Hub de Carregamento da Série DJI Matrice 4 (100W) foi projetado para fluxos de trabalho profissionais, oferecendo uma gestão de energia mais robusta para as baterias de alta capacidade desta série.</p> <p>Aqui estão as especificações técnicas reais e os recursos mais relevantes para o Hub de Carregamento Matrice Série 4:</p> <p>1. Desempenho e Modos de Operação: O hub gerencia até 4 baterias de forma inteligente, priorizando o carregamento sequencial da bateria com maior nível de carga para o menor.</p> <p>Modo Padrão (Standard): Carrega cada bateria sucessivamente até 100%.</p> <p>Modo Pronto para Voar (Ready-to-Fly): Carrega as baterias sequencialmente até 90% e mantém esse nível. Isso é ideal para equipes que precisam de resposta rápida sem desgastar a bateria em 100% por longos períodos.</p> <p>2. Especificações Elétricas: Entrada (USB-C): 5-20 V, máximo de 5 A.</p> <p>Saída (Interface da Bateria): 11,2 V a 17 V.</p> <p>Potência Nominal: 100 W.</p> <p>Carregador Necessário: Requer o adaptador de energia USB-C DJI 100W</p> <p>3. Físico e Compatibilidade: Modelo: CHX345-100.</p> <p>Bateria Compatível: Exclusivamente para a bateria BPX345-6741-14.76 (Série Matrice 4E/4T).</p> <p>Temperatura de Carregamento: 5° a 40° C.</p> <p>Indicadores LED: Exibe o status de carregamento de cada bateria individualmente.</p> <p>Proteção Inteligente: Possui proteção contra sobrecarga, sobretensão e superaquecimento para garantir a segurança durante o carregamento.</p>	UN	06
	<p>CARREGADOR RÁPIDO USB-C DJI 65W BR - DJI1030</p> <p>- Especificações Técnicas:</p>		

14	<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilidade: Drones DJI (Linhas Mavic 3, Air 3, Mini 3/4/5 Pro, Avata, Neo), Controles Remotos (RC, RC 2, RC Pro), Goggles e dispositivos USB-C. • Número de Portas: 2 (1x USB-C fixo/embutido + 1x USB-A). <p>- Entrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 100-240 V: ~ 50/60 Hz, 2.0 A. <p>- Saída:</p> <ul style="list-style-type: none"> • USB-C: 5V/5A, 9V/5A, 12V/5A, 15V/4.3A, 20V/3.25A (5-20V/3.25A). • USB-A: 5V/2A. <p>- Tempos de Carregamento (Estimados):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bateria DJI Matrice 4E: Aproximadamente 1 hora e 36 minutos. • Controle DJI RC / RC Pro: Aproximadamente 2 horas. • Bateria DJI Avata: Aproximadamente 47 minutos. • Bateria DJI Mini 5 Pro Plus Aproximadamente 1 hora e 18 minutos • Nota: O tempo aumenta se ambas as portas forem utilizadas simultaneamente. <p>- Características e Funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia GaN: Utiliza Nitreto de Gálio para ser mais compacto e eficiente, gerando menos calor. • Carregamento Simultâneo: Permite carregar a bateria do drone (via USB-C) e o controle remoto (via USB-A) ao mesmo tempo. • Protocolos Suportados: Compatível com USB Power Delivery (PD) e PPS (Programmable Power Supply). • Proteção Inteligente: Contra sobrecarga, sobretensão, superaquecimento e curto-circuito. • Design Portátil: Compacto e leve (aprox. 200g), ideal para transporte em campo. • Plug EU/BR: Versão oficial com pinos no padrão brasileiro de tomadas. 	UN	06
15	<p>CARREGADOR RÁPIDO DE 100W COM PORTA USB-C (PD) E PORTA USB-A – CARREGADOR DJI USB-C 100W:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo: A0100-001A • Entrada: 100-240 V ~ 50/60 Hz, 1.8 A • Saída: • USB-C: • 5 V = 5 A • 9 V = 5 A • 12 V = 5 A • 15 V = 5 A • 20 V = 5 A • 5-20 V = 5 A (Power Delivery) • USB-A: • 5 V = 2 A • Potência Máxima: 100 W • Protocolos de Carregamento: USB Power Delivery (PD), PPS (Programmable Power Supply) • Temperatura de Funcionamento: 5° a 40°C (41° a 104°F) • Dimensões: Aproximadamente 76 x 70.5 x 30.5 mm • Peso: Aproximadamente 248 g • Cor: Branco 	UN	04
	<p>BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MINI 2/SE (~ 31 MINUTOS DE AUTONOMIA (STD))</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo: BWX161-2250-7.7 		

16	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 2250 mAh • Tipo de Bateria: LiPo 2S • Tensão Nominal: 7.7 V • Tensão Máxima de Carregamento: 8.8 V • Energia: 17.32 Wh • Peso: Aproximadamente 86.2 g • Temperatura de Funcionamento: 5° a 40°C (41° a 104°F) • Tempo Máximo de Voo: • DJI Mini 2: Até 31 minutos (em condições ideais) • DJI Mini SE: Até 30 minutos (em condições ideais) • Potência Máxima de Carregamento: 29 W • Características e Funções: • Bateria Inteligente: Fornece informações detalhadas sobre o status da bateria em tempo real, incluindo nível de energia, tensão, corrente e temperatura. • Gerenciamento Inteligente de Bateria: Proteção contra sobrecarga, descarga excessiva, sobrecorrente e superaquecimento para garantir a msegurança e prolongar a vida útil da bateria. • Tempo de Voo Prolongado: Oferece até 31 minutos de tempo de voo com o DJI Mini 2 e até 30 minutos com o DJI Mini SE (em condições ideais). <p>- Compatibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • - DJI Mini 2 • - DJI Mini SE 	UN	06
17	<p>BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MINI 5 PRO (~ 52 MINUTOS DE AUTONOMIA (PLUS))</p> <p>- Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compatibilidade: Exclusiva para DJI Mini 5 Pro. • Modelo: BWXNN5-4680-7.16. • Tipo de Bateria: Li-ion (Íon de Lítio). • Capacidade: 4.680 mAh. <p>- Potência e Energia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Energia: 33,51 Wh. • Tensão Nominal: 7,16 V. • Tensão Máxima de Carga: 8,6 V. • Sistema Químico: LiNiMnCoO2. <p>- Desempenho e Operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tempo Máximo de Voo: Até 52 minutos (em condições ideais). • Peso: Aproximadamente 117 g (Aproximadamente 46g a mais que a bateria padrão). • Temperatura de Carregamento: 5° a 40° C (41° a 104° F). <p>- Características e Funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento Inteligente: O sistema DJI monitora o status das células em tempo real e transmite os dados de autonomia para o controle remoto. • Proteção Integrada: Possui mecanismos de segurança contra sobrecarga, descarga excessiva e curto-circuito. • Auto-descarga: Inclui função de auto-descarga para armazenamento seguro quando não estiver em uso por longos períodos. 	UN	15
	<p>BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MATRICE 4E SÉRIES (~ 45 MINUTOS DE AUTONOMIA (HC))</p> <p>- Especificações Técnicas: Bateria Inteligente Matrice Série 4</p> <p>1. Energia e Capacidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Energia: 99 Wh 		

18	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade Nominal: Aprox. 6500 mAh a 6700 mAh (calculado com base na voltagem 4S) • Configuração de Células: Li-ion 4S (4 células em série) • Composição Química: LiNiMnCoO2 (Níquel Manganês Cobalto - NMC), que oferece um excelente equilíbrio entre densidade energética e vida útil. <p>2. Desempenho de Voo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tempo de Voo Contínuo: Até 49 minutos. • Tempo de Pairar (Hovering): Até 42 minutos. • Potência Máxima de Descarga: Otimizada para suportar picos de corrente durante manobras bruscas ou ventos fortes. <p>3. Gerenciamento de Carga:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potência Máxima de Carregamento: 207 W (permite um carregamento muito rápido se usado com o Hub específico). • Temperatura de Carregamento: 5°C a 40°C. • Tensão de Carga Máxima: Geralmente 17.4 V ou 17.6 V (padrão para sistemas 4S de alta voltagem). <p>4. Recursos Inteligentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-aquecimento: Integrado para permitir decolagens em ambientes frios. • Auto-descarga: Descarrega automaticamente para um nível seguro (geralmente 50-60%) após um período de inatividade para preservar a química das células. • Monitoramento em Tempo Real: Envia dados de ciclo, voltagem individual das células e saúde da bateria diretamente para o controle (DJI Pilot 2). • Destaques Operacionais • Segurança no Transporte: Por ter 99Wh, ela é classificada como segura para transporte aéreo comercial na bagagem de mão (consulte sempre a companhia, mas este é o padrão internacional). • Eficiência Térmica: O sistema LiNiMnCoO2 é menos propenso a superaquecimento em missões críticas de longa duração comparado a baterias LiPo convencionais. 	UN	24
19	<p>CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO SDXC DE 128GB, ALTA VELOCIDADE (U3/V30) E RESISTENTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade: 128GB • Formato: Micro SDXC • Interface: UHS-I • Classe de Velocidade: • UHS Speed Class U3 • Video Speed Class V30 • Application Performance Class A2 • Velocidade de Leitura: Até 200MB/s • Velocidade de Escrita: Até 90MB/s <p>- Resistência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • À prova d'água • À prova de temperatura • À prova de choque • À prova de raios-X • Temperatura de Operação: -25°C a 85°C • Temperatura de Armazenamento: -40°C a 85°C • Compatibilidade: Dispositivos compatíveis com MicroSDHC e MicroSDXC • Software: RescuePRO Deluxe (para recuperação de dados - download) • Dimensões: 15 mm x 11 mm x 1 mm 	UN	20

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ REGISTRO
20	<p>SWITCH DE AGREGAÇÃO L3 DE ALTA CAPACIDADE (PORTAS 10G SFP+ E 25G SFP28) – Switch Ubiquiti Hi-Capacity Aggregation:</p> <p>- Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensões: 442 x 325 x 44 mm (17,4 x 12,8 x 1,7") • Layout de Portas: 28xSFP+ 10G 4x25G SFP28 • Redundância: Backup de Energia DC • Camada 3: Sim • Formato: Montagem em rack (1U) <p>- Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de Switching: 760 Gbps • Taxa de Transferência Total Não Bloqueante: 380 Gbps • Taxa de Encaminhamento: 565 Mpps • VLANs suportadas: 1,000 • Tamanho da Tabela de Endereços MAC: 32,000 • Tamanho da Tabela L3: Entradas ARP=16,000, Rotas IPv4=16,000 • Tamanho do Buffer de Pacotes: 4 MB <p>- Recursos da Camada 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Servidor DHCP (Redes Locais): Sim • DHCP Relay: Sim • Roteamento Inter-VLAN (Redes Locais): Sim • Roteamento Estático (Redes Locais): Sim <p>- Recursos da Camada 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agregação de Portas LACP: Sim • STP e RSTP: Sim • QoS (DSCP): Sim • Perfis Pro AV (Play, Dante, Q-SYS, NDI, SDVoE, Shure, AES67, Crestron): Sim • Configuração Avançada de IGMP (Consultor, Saída Rápida, Porta do Roteador): Sim • IGMP Snooping: Sim • Controle 802.1X: Sim • ACLs baseados em MAC e Isolamento de Dispositivos: Sim • DHCP Snooping & Guarding: Sim 	UN	01
	<p>SWITCH ENTERPRISE L3 COM 48 PORTAS 2.5GBE POE+ (E 4 UPLINKS 10G SFP+) – Switch 48 portas Ubiquiti Enterprise:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 48 Portas RJ-45 de 2.5 GbE e PoE+; • 04 Portas SFP+ de 10G; • Entrada de Alimentação DC Redundante via USP RPS; • Potência Total PoE de 720W; • Tela LCM Touch de 1.3 com Realidade Aumentada (AR); • Interface de Gerência: Ethernet In-Band; • Interface de Rede: (48) Portas RJ-45 2.5 GbE, (4) SFP+ de 1/10G; • Interfaces PoE: (48) PoE/PoE+ (Pinos 1, 2+; 3, 6-); • Throughput Total Non-Blocking: 160 Gbps; 		

21	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de Switching: 320 Gbps; • Taxa de Encaminhamento: 238.095 Mpps; • Método de Alimentação: (1) Entrada AC Universal, 100-240V AC, 10A Max, 50/60 Hz - (1) Entrada DC USP-RPS, 52V DC, 13.84A / 11.5V DC, 13A; • Fonte de Alimentação: AC/DC, Interna, 10A Máx.; • Consumo Máximo de Energia: 150W (Excluindo Saída PoE); • PoE Total Disponível: 720W; • Potência Máximo PoE+ por Porta: 34.2W; • Faixa de Voltagem em PoE: PoE: 44—57V - PoE+: 50—57V; • Serviços: Switch SMB Ethernet PoE Gigabit de Camada 3; • Tela LCM: (1) LCM Colorido e Touch de 1.3"; • Botão: Reset de Fábrica; • Proteção ESD/EMP: Ar: ± 16 kV, Contact: ± 12 kV; • Temperatura de Operação: -5 a 40° C; • Umidade de Operação: 10 a 90% Sem Condensação, • Certificações: Anatel, CE, FCC, IC. 	UN	03
22	<p>SWITCH ENTERPRISE L3 DE 24 PORTAS POE+ (COM 12 PORTAS 2.5GBE E 2 UPLINKS 10G SFP+) – Switch 24 portas Ubiquiti Enterprise:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12 portas 2,5 GbE, PoE+ RJ45 e 12 portas GbE, PoE+ RJ45; • 2 portas 10G SFP+; • 1 Entrada USP RPS DC para redundância de energia; • Disponibilidade total de PoE de 400 W; • Ecrã tátil a cores LCM de 1,3" com gestão de comutação AR; • Taxa de transferência total sem bloqueio: 62 Gbps; • Capacidade de comutação: 124 Gbps; • taxa de encaminhamento: 92,25 Mpps; • máx. consumo de energia: 550W; • método de energia: (1) Entrada CA universal: 100—240 V CA, 8,5 A máx., 50/60 Hz - (1) Entrada CC USP-RPS: 52 V CC, 7,7 A; 11,5 V CC, 8,7 A; • Fonte de energia: CA/CC, interno, 550 W; • interface de gerenciamento: Ethernet em banda; • interface de rede: (12) 10/100/1000 MbE RJ45- (12) 100/1000/2500 MbE RJ45; • Interface SFP+: (2) 1/10G SFP+; • interfaces PoE: (24) PoE/PoE+ (Pinos 1, 2+; 3, 6-); • máx. Potência PoE+ por porta por PSE: 34,2 W; • Orçamento PoE: 400W; • Modo PoE de faixa de tensão: 44— 57V; • Faixa de tensão Modo PoE+: 50—57V; • Serviços: Comutador PoE GbE SMB Camada 3; • Proteção ESD/EMP: Ar: ± 16 kV, contato: ± 12 kV; • Temperatura de operação : 5 a 40° C (23 a 104° F), • Umidade operacional: 10 a 95% sem condensação. 	UN	02
	<p>CÂMERA DE VIGILÂNCIA IP TIPO DOME (5MP, VISÃO NOTURNA, POE) – Camera G5Dome:</p> <p>- Vídeo:</p>		

23	<ul style="list-style-type: none"> • Sensor de imagem: 5MP CMOS • Resolução de vídeo: 2688 x 1512 (Quad HD) • Taxa de quadros máxima: 30 FPS <p>- Lentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distância focal: 2.8 mm • Abertura: f/2.0 <p>- Campo de visão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Horizontal: 102.4° • Vertical: 54.9° • Diagonal: 120.4° • Compressão de vídeo: H.264 • Visão noturna: LEDs infravermelhos (IR) com alcance de até 10 metros • Interface: 1x 10/100/1000 Mbps Ethernet • Protocolos: TCP, UDP, IP, HTTP, HTTPS, ICMP, DHCP, DNS • Segurança: WPA2-PSK (AES) <p>- Alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alimentação: 802.3af PoE • Consumo máximo de energia: 5W <p>- Características Físicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensões: Ø109.2 x 67.8 mm • Peso: 210 g • Material: Policarbonato • Resistência: IPX4 (resistente a respingos d'água) • Temperatura de operação: -30 a 50° C <p>- Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> • UniFi Protect: Necessário para gerenciamento e visualização • Detecção de movimento: Sim 	UN	05
24	<p>CONTROLADOR DE REDE UNIFI COM NVR INTEGRADO (E ARMAZENAMENTO DE 1TB) – Gerenciador de Rede UniFi Cloud Key Gen2 Plus (UCK-G2-PLUS)</p> <p>- Hardware:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processador: Octa-Core ARM Cortex-A53 • Memória RAM: 3 GB DDR4 <p>- Armazenamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 TB HDD (2.5") - pré-instalado • Slot para cartão SD: Sim, para expansão de armazenamento (suporta até 5TB) <p>- Interfaces de rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1x 10/100/1000 Mbps Ethernet <p>- Interfaces adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1x USB Type-C (para alimentação) • Display: Tela frontal de 1.3" (status do sistema) <p>- Software:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema Operacional: UniFi OS • Controladora UniFi Network: Pré-instalada 	UN	01

	<ul style="list-style-type: none"> • UniFi Protect: Pré-instalado (para gravação de vídeo) • Acesso remoto: Acesso via nuvem UniFi • Suporte a múltiplos sites: Gerenciamento de múltiplas redes UniFi • Segurança: Criptografia de ponta a ponta <p>- Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento centralizado: Configuração e monitoramento de dispositivos UniFi • UniFi Protect: Gravação de vídeo e monitoramento de câmeras UniFi Protect • Acesso remoto seguro: Acesso à controladora de qualquer lugar • Estatísticas e relatórios: Visualização de dados de rede e desempenho • Alertas e notificações: Notificações sobre eventos importantes na rede • Backup automático: Backup das configurações da controladora <p>- Alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alimentação: USB-C (5V, 3A) • Suporte a PoE: 802.3af PoE (Power over Ethernet) 		
--	---	--	--

25	<p>ACCESS POINT WI-FI 6 DE LONGO ALCANCE (ALIMENTAÇÃO POE+) – Access Point U6 Long-Range:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensões: Ø220 x 48 mm (Ø8,7 x 1,9"); • Standard WiFi: WiFi 6; • Fluxos Espaciais: 8; • Área de Cobertura: 185 m² (2.000 ft²); • Contagem Máxima de Clientes: +350; • Uplink: GbE; • Montagem: Teto, Parede (Pro Mount Incluído); • Impermeabilização: IP54; • Método de Alimentação: PoE+; • Consumo Máximo de Energia: 18,5W; • Faixa de Tensão Suportada: 44—57V CC; • Interface de Rede? Porta RJ45 GbE; • Peso: Dispositivo: 800 g (1,8 lb) Com suporte: 930 g (2,1 lb); • Gerenciamento: Ethernet Bluetooth; • Material de Fechamento: Policarbonato; • Material de Montagem: Aço inoxidável (SUS304); • Largura de Banda do Canal: HT 20/40, VHT 20/40/80/160, HE 20/40/80/160 (MHz); • Certificações: CE, FCC, IC; • Compatível com NDAA: Sim; • Frequência de Operação; • EUA/CA: • 2400 - 2472 MHz • U-NII-1: 5150 - 5250 MHz • U-NII-2A: 5250 - 5350 MHz • U-NII-2C: 5470 - 5725 MHz • U-NII-3: 5725 - 5850 MHz • Mundial: • 2400 - 2483,5 MHz 	UN	06
26	<p>ACCESS POINT WI-FI 6E ENTERPRISE (UPLINK 2.5GBE, POE+) – Access Point U6 Enterprise:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensões: Ø220 x 48 mm (Ø8,7 x 1,9"); • Standard WiFi: WiFi 6E; • Fluxos Espaciais: 10; • Área de Cobertura: 140 m² (1.500 ft²); • Contagem Máxima de Clientes: +600; • Uplink: 2,5 GbE; • Montagem: Teto, Parede (Pro Mount Incluído); • Método de Alimentação: PoE+; • Malha Sem Fio: Sim; • Direcionamento de Banda: Sim; • 802.11v Gerenciamento de Transição BSS: Sim; • 802.11r Roaming Rápido: Sim; • 802.11k Gerenciamento de Recursos de Rádio (RRM): Sim; • Gerenciamento Avançado de Rádio: Sim; • Passpoint (Hotspot 2.0): Sim; • Consumo Máximo de Energia: 22W; 	UN	01

	<ul style="list-style-type: none"> • Faixa de Tensão Suportada: 44—57V CC; • Interface de Rede: (1) Porta RJ45 1/2.5 GbE; • Peso: Dispositivo 960 g (2,1 lb) Com suporte: 1,1 kg (2,4 lb); • Gerenciamento: Ethernet Bluetooth; • Material de Fechamento: Policarbonato, alumínio; • Material de Montagem: Aço inoxidável (SUS304); • Largura de Banda do Canal: HT 20/40, VHT 20/40/80/160, HE 20/40/80/160 (MHz); • Certificações: CE, FCC, IC; • Compatível com NDAA: Sim; • Frequência de Operação • EUA/CA: • 2400 - 2472 MHz 		
--	--	--	--

LOTE V

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. P/ REGISTRO
27	<p>SOFTWARE DE PROCESSAMENTO FOTOGRAMÉTRICO E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS – 02 LICENÇAS PERPÉTUAS - PIX4DMAPPER</p> <p>Quantidade Consumo: 02 (duas) licenças.</p> <p>Tipo de Licença: Perpétua, comercial, para uso institucional irrestrito pelo IDAF/AC.</p> <p>Trata-se da aquisição de licenças perpétuas de software especializado em processamento fotogramétrico de imagens de drones e geração de produtos cartográficos digitais. Esta solução, conhecida comercialmente como "Pix4Dmapper" ou equivalente funcional, é indispensável para transformar imagens aéreas brutas em insumos geoespaciais precisos, como ortomosaicos, modelos digitais de superfície (MDS), modelos digitais de terreno (MDT) e nuvens de pontos.</p> <p>As funcionalidades e características mínimas esperadas para esta licença incluem:</p> <p>Processamento Fotogramétrico Avançado: Capacidade de processar grande volume de imagens aéreas (RGB e, se aplicável, multiespectrais) capturadas por drones, utilizando algoritmos robustos para alinhamento de imagens, aerotriangulação e geração de produtos derivados.</p> <p>Geração de Produtos Cartográficos Essenciais: Produção de ortomosaicos georreferenciados de alta resolução, MDS, MDT e nuvens de pontos densas e colorizadas, com precisão e qualidade adequadas para análises geoespaciais e aplicações em Inteligência Artificial.</p> <p>Controle de Acurácia e Georreferenciamento: Suporte integral à utilização de Pontos de Controle Terrestre (GCPs) e Pontos de Verificação (Check Points) para otimizar a acurácia posicional dos produtos, com ferramentas para sua medição e incorporação no processamento, e geração de relatórios de qualidade.</p> <p>Ferramentas Básicas de Análise e Edição: Recursos para visualização dos produtos gerados, medição de distâncias, áreas e volumes, e edição básica de nuvens de pontos.</p> <p>Interoperabilidade e Exportação de Dados: Capacidade de exportar os produtos finais em formatos padrão da indústria (ex: GeoTIFF, LAS/LAZ, OBJ, SHP), garantindo compatibilidade com os principais softwares GIS e ferramentas de desenvolvimento de IA a serem utilizados pelo IDAF/AC e pela EMBRAPA.</p> <p>Interface e Documentação: Interface gráfica do usuário intuitiva e documentação técnica completa (manuais, tutoriais) em português ou, subsidiariamente, em inglês técnico.</p> <p>Compatibilidade e Desempenho: Compatibilidade com o sistema operacional Windows 11 Professional 64 bits das Estações de</p>	UN	02

	Trabalho de Alto Desempenho para IA (Item 06) e capacidade de utilizar os recursos de hardware dessas estações (CPU, GPU, RAM) para processamento eficiente.		
--	--	--	--

4.1. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA MARCA E MODELO APRESENTADO:**

4.1.1. Em estrita observância ao princípio da padronização e da busca pela eficiência administrativa, conforme preconiza a **Lei nº 14.133/2021**, a indicação de marcas e modelos específicos para determinados itens deste Termo de Referência é medida excepcional, porém indispensável para o atendimento das necessidades técnicas e operacionais do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre (IDAF/AC).

4.1.2. A decisão fundamenta-se na necessidade de garantir a interoperabilidade, a segurança, a continuidade operacional e a otimização de recursos públicos, evitando-se a aquisição de soluções isoladas que poderiam gerar incompatibilidades, custos ocultos de manutenção e complexidade na gestão do parque tecnológico.

4.2. **Das Justificativas detalhadas:**

4.2.1. **Lote I – Soluções de Armazenamento e Postos de Trabalho Padronizados – Dell**

4.2.2. Item 01 – Solução Centralizada de Armazenamento de Dados (Storage Array) – Dell ME5024 A indicação da marca Dell para a solução de armazenamento de dados é estratégica e tecnicamente indispensável para a padronização da infraestrutura de TI do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF/AC. Atualmente, o ambiente de data center do Instituto é composto predominantemente por servidores Dell PowerEdge, o que torna a aquisição de um storage da mesma marca essencial para garantir interoperabilidade, integração nativa e gestão unificada de todo o ecossistema tecnológico. A utilização de soluções do mesmo fabricante assegura compatibilidade plena entre hardware, firmware e ferramentas de gerenciamento, permitindo que todo o ambiente seja administrado por meio das plataformas corporativas Dell OpenManage e iDRAC, já implantadas na instituição. Essa padronização traz benefícios diretos, como:

4.2.3. Otimização de desempenho e comunicação entre servidores e o sistema de armazenamento;

4.2.4. Simplificação da manutenção e do suporte técnico, com centralização da responsabilidade em um único fabricante;

4.2.5. Redução do Custo Total de Propriedade (TCO), pela diminuição de contratos fragmentados e maior eficiência operacional;

4.2.6. Agilidade na resolução de incidentes críticos, com suporte especializado (Dell ProSupport) já estabelecido.

4.2.7. A aquisição de equipamentos de outra marca implicaria riscos de incompatibilidade, necessidade de novas ferramentas de gestão e maior complexidade na integração do ambiente, contrariando as boas práticas de governança e eficiência de TI.

4.3. **Itens 02, 03, 04 e 05 – Estação de Trabalho Portátil (Inspiron 16 Plus), Soundbar (SB521A), Teclado (KB522) e Mouse (MS3220) – Dell**

4.3.1. A especificação dos itens acima sob a marca Dell tem como objetivo consolidar um posto de trabalho padronizado, seguro e interoperável, integrado ao restante da infraestrutura tecnológica do IDAF/AC. Trata-se de uma solução sistêmica, em que hardware, periféricos e suporte técnico operam de forma coesa, garantindo continuidade e confiabilidade às atividades administrativas e técnicas da instituição.

4.4. **Estação de Trabalho Portátil** (Workstation Móvel – Inspiron 16 Plus) O modelo Dell Inspiron 16 Plus foi selecionado por apresentar compatibilidade total de drivers, firmware e ferramentas de gerenciamento com o ambiente já existente (servidores e storage Dell). Essa compatibilidade permite:

4.4.1. Gestão centralizada e remota de equipamentos pela equipe de TI;

4.4.2. Aplicação unificada de políticas de segurança e atualização de sistema;

4.4.3. Redução de falhas operacionais e maior padronização dos recursos computacionais.

4.4.4. O suporte técnico integrado (ProSupport) da Dell cobre todos os equipamentos – servidores, storage e estações de trabalho –, proporcionando atendimento unificado, ágil e especializado.

4.5. **Periféricos – Soundbar, Teclado e Mouse** (SB521A, KB522, MS3220) Os periféricos especificados não são itens genéricos, mas componentes que complementam e integram o ecossistema Dell.

4.5.1. A Soundbar Dell SB521A possui encaixe magnético projetado exclusivamente para monitores Dell, já utilizados e previstos para aquisição pelo Instituto, assegurando integração física e funcional perfeita.

4.5.2. O Teclado Dell KB522 e o Mouse Dell MS3220 seguem o mesmo padrão de design, ergonomia e durabilidade, proporcionando experiência de uso consistente aos servidores e facilidade na gestão de estoque e garantias.

4.5.3. A padronização desses periféricos mantém a uniformidade visual e funcional dos postos de trabalho, reduz o tempo de substituição de equipamentos e melhora o bem-estar e a produtividade dos usuários.

4.6. **Conclusão:**

4.6.1. A manutenção do ecossistema Dell como padrão tecnológico do IDAF/AC é fundamentada em critérios técnicos, operacionais e de governança de TI. A interoperabilidade entre os equipamentos, a simplificação da gestão e a centralização do suporte resultam em maior confiabilidade, menor custo operacional e padronização institucional.

4.6.2. Portanto, a escolha pela marca Dell não configura preferência comercial, mas sim necessidade técnica e estratégica intransponível para assegurar a eficiência, continuidade e integridade da infraestrutura de tecnologia do Instituto.

4.7. **Lote III – Drones e Acessórios**

4.7.1. **Itens 09 a 19 – Drones e Acessórios (Mini 5 Pro, Matrice 4E, Avata 2, Hubs, Carregadores e Baterias – DJI)**

4.7.2. A escolha pela marca DJI e por seus modelos específicos de drones e acessórios decorre da necessidade de padronização e consolidação de um ecossistema operacional unificado de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAs) no âmbito do IDAF/AC. A aquisição não se trata da simples compra de produtos isolados, mas da estruturação de uma solução integrada e interoperável, que garantirá uniformidade técnica, eficiência operacional e continuidade das ações de vigilância e fiscalização agropecuária.

4.8. **Experiência Consolidada:**

4.8.1. O IDAF/AC já possui experiência positiva e consolidada com a marca DJI, comprovando sua confiabilidade em campo, durabilidade dos equipamentos e qualidade do suporte técnico. Esses fatores são determinantes para assegurar a disponibilidade contínua da frota e o sucesso de operações críticas, que frequentemente ocorrem em áreas remotas e sob condições adversas.

4.9. **Interoperabilidade e Logística Operacional:**

4.9.1. A padronização em um único fabricante possibilita o intercâmbio de acessórios compatíveis — como baterias, carregadores e hubs de energia — entre diferentes modelos da linha DJI. Essa interoperabilidade otimiza a logística de campo, simplifica o transporte de equipamentos, maximiza a autonomia operacional e reduz o custo de reposição de componentes. A adoção de marcas distintas geraria complexidade desnecessária, com risco de incompatibilidade de conectores, baterias e software, o que comprometeria missões em andamento e aumentaria o tempo de resposta em operações emergenciais.

4.10. **Padronização de Software e Treinamento:**

4.10.1. Toda a frota opera sob o mesmo ambiente de software de controle e planejamento de missão (DJI Pilot 2). Essa uniformidade traz ganhos diretos em treinamento de pilotos, padronização de procedimentos de voo e gestão dos dados coletados. Com isso, reduz-se a curva de aprendizado, o risco de falhas humanas e a necessidade de múltiplas capacitações para diferentes sistemas operacionais de voo.

4.11. **Necessidade Técnica Específica – Drone DJI Matrice 4E:**

4.11.1. Conforme já estabelecido no escopo do projeto, o modelo DJI Matrice 4E é tecnicamente indispensável para o projeto de Inteligência Artificial em parceria com a EMBRAPA. O equipamento é um dos poucos disponíveis no mercado que possui obturador mecânico, característica essencial para evitar distorções em imagens capturadas em movimento (efeito rolling shutter). Esse recurso garante a acurácia geométrica necessária para processamento fotogramétrico e análise por algoritmos de IA, etapas fundamentais para o sucesso técnico e científico do projeto. A substituição deste modelo por um produto “similar” sem o referido componente inviabilizaria o objetivo central da iniciativa.

4.12. **Conclusão:**

4.12.1. A padronização da frota de drones e acessórios na marca DJI representa uma decisão técnica e estratégica, fundamentada em eficiência operacional, interoperabilidade, confiabilidade e compatibilidade com os projetos institucionais em andamento. Dessa forma, a escolha proposta não se configura como preferência comercial, mas como necessidade técnica intransponível para garantir a plena execução das atividades do IDAF/AC e dos projetos de inovação tecnológica vinculados.

4.13. **Lote IV – Infraestrutura de Rede**

4.13.1. **Itens 21 a 27 – Switches, Câmera, Controlador e Access Points:**

A justificativa para a indicação da marca nestes itens baseia-se na manutenção, ampliação e continuidade de um ecossistema de rede unificado e de gerenciamento centralizado. A infraestrutura de rede do IDAF/AC já utiliza soluções do fabricante indicado, e a aquisição de novos componentes da mesma linha tecnológica é fundamental para:

4.13.2. Gerenciamento Centralizado: Permitir que todos os ativos de rede (switches, access points, câmeras) sejam gerenciados a partir de uma única controladora (item 05), simplificando drasticamente as tarefas de configuração, monitoramento, atualizações de firmware e diagnóstico de problemas.

4.13.3. Integração e Performance: Assegurar a perfeita compatibilidade e o máximo desempenho entre os equipamentos, evitando gargalos de comunicação e falhas de interoperabilidade que frequentemente ocorrem em ambientes de rede heterogêneos.

4.13.4. Segurança: Facilitar a implementação de políticas de segurança de forma coesa e consistente em toda a infraestrutura de rede.

4.13.5. Em suma, as indicações aqui apresentadas não representam mera preferência, mas sim uma decisão técnica e gerencial amparada na Lei nº 14.133/2021, visando garantir a máxima eficiência, a segurança operacional e a proteção do investimento público já realizado na infraestrutura tecnológica deste Instituto.

4.14. **Lotes V, VI e VII – Softwares Especializados e de Infraestrutura**

4.14.1. Itens 28 e 29 - **JETBRAINS ALL PRODUCTS PACK e JETBRAINS AI PRO:** A indicação da suíte JetBrains é justificada pela profunda integração entre suas ferramentas. O AI PRO (Item 29) não é um software autônomo, mas um plugin projetado para funcionar de forma integrada aos Ambientes de Desenvolvimento (IDEs) contidos no All Products Pack (Item 28). Adquirir um pacote de IDEs de um fabricante e uma ferramenta de assistência de IA de outro resultaria em incompatibilidade ou, na melhor das hipóteses, em uma experiência de desenvolvimento fragmentada e ineficiente, anulando os ganhos de produtividade almejados. A solução conjunta forma um ambiente de desenvolvimento coeso e de alta performance.

4.14.2. Item 30 - **PIX4DMAPPER:** A aquisição da licença perpétua do software Pix4Dmapper é de natureza essencialmente técnica e vinculada ao projeto com a EMBRAPA. Este software foi especificamente validado pelas equipes técnicas do IDAF e da EMBRAPA como a ferramenta com os algoritmos e a precisão necessários para processar as imagens de alta resolução capturadas pelo drone DJI Matrice 4E (Item 10). A compatibilidade e a qualidade do resultado da integração entre o hardware de captura (drone com obturador mecânico) e o software de processamento (Pix4Dmapper) são cruciais para a geração de ortomosaicos e modelos digitais com a acurácia exigida pelos modelos de Inteligência Artificial. A substituição por um "similar" introduziria uma variável de risco técnico inaceitável, podendo comprometer a validade e a precisão de todos os produtos geoespaciais gerados.

4.15. **CONCLUSÃO DA JUSTIFICATIVA**

4.15.1. Em suma, as indicações aqui apresentadas não representam mera preferência, mas sim uma decisão técnica e gerencial amparada na Lei nº 14.133/2021, visando garantir a máxima eficiência, a segurança operacional, a otimização da gestão de TI e a proteção do investimento público já realizado e futuro na infraestrutura tecnológica deste Instituto. A não observância dessas especificações resultaria em riscos de incompatibilidade, custos adicionais de integração e suporte, e potencial inviabilização de projetos estratégicos.

4.16. **Da conformidade regulatória dos equipamentos (LOTE III)**

4.16.1. **Conformidade com a regulamentação de telecomunicações (ANATEL)**

4.16.2. Para o recebimento definitivo dos itens que compõem o Lote III (Drones e Acessórios), a Contratada deverá comprovar a regularidade dos equipamentos perante a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), mediante a entrega obrigatória dos seguintes itens:

4.16.3. Certificado de Homologação vigente, emitido ou devidamente aceito pela ANATEL, tanto para a aeronave (drone) quanto para o respectivo rádio controle.

4.16.4. Número de Homologação legível e correspondente ao modelo ofertado.

4.16.5. Selo de Homologação (etiqueta) afixado de forma visível e permanente no corpo da aeronave e do rádio controle, contendo o logotipo da ANATEL e o respectivo número de homologação, conforme as normas de identificação de produtos para telecomunicações.

4.16.6. A ausência de homologação ou a incompatibilidade do selo de identificação nos equipamentos físicos com os certificados apresentados acarretará a recusa total do item no ato do recebimento, sem direito a indenização, por configurar inexecução de requisito de segurança e conformidade legal.

4.17. **Do registro e aptidão técnica perante a ANAC (RBAC-E Nº 94)**

4.17.1. As Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) classificadas no **Lote III** com Peso Máximo de Decolagem (PMD) superior a 250 gramas (especificamente os **Itens 10 e 11**) deverão ser obrigatoriamente aptas ao cadastro e registro junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

4.17.2. O registro deverá ser realizado através do sistema **SISANT** (Sistema de Aeronaves Não Tripuladas) ou sistema que venha a substituí-lo, permitindo a vinculação técnica da aeronave à personalidade jurídica do **IDAF/AC** (CNPJ), conforme as exigências para aeronaves civis públicas.

4.17.3. A Contratada deverá garantir que a aeronave possibilite a identificação física do seu número de cadastro de forma legível e em local acessível (lado externo da fuselagem ou compartimento interno de fácil acesso sem ferramentas), em estrito cumprimento ao parágrafo E94.303(h) do **RBAC-E nº 94**.

4.17.4. Para o **Item 09** (Drone até 249,9g), embora o registro no SISANT não seja obrigatório pela norma vigente para fins de identificação, o equipamento deve manter-se fiel às especificações de peso de fábrica para garantir a isenção prevista no parágrafo E94.301(d) do RBAC-E 94.

4.18. **Da conformidade operacional e sistemas de segurança (ANAC/DECEA)**

4.18.1. O equipamento e seus sistemas de controle (software/firmware) deverão permitir a operação em estrita conformidade com os requisitos de segurança estabelecidos no RBAC-E nº 94 da ANAC e nas normas do DECEA (ICA 100-40 e MCA 56-5).

4.18.2. As Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) deverão possuir, nativamente ou mediante atualização oficial, sistemas que garantam o cumprimento das seguintes limitações:

4.18.3. Limites de Altura: Sistema de limitação técnica de altura de voo configurável para até 400 pés (120 metros) acima do nível do solo (AGL), em conformidade com o perfil de operações em alturas muito baixas.

4.18.4. Segurança de Terceiros: Capacidade técnica para manter o afastamento horizontal mínimo de 30 metros de pessoas não anuentes ou não envolvidas na operação, conforme as regras de proteção à integridade física no solo.

4.18.5. Geofencing e FRZ (Zonas de Restrição): O software de operação deverá possuir funcionalidade de Geofencing (fronteiras virtuais) atualizada com as coordenadas das Zonas de Restrição de Voo (FRZ), impedindo a invasão inadvertida de áreas de aproximação, decolagem ou entorno de aeródromos e helipontos, conforme os parâmetros de distância previstos na ICA 100-40.

4.18.6. Sinalização Noturna: Para operações em período noturno, o equipamento deverá possuir luzes de sinalização que possibilitem sua visualização por outras aeronaves, sem prejuízo da responsabilidade do piloto em garantir a detectabilidade.

4.18.7. Os equipamentos a serem adquiridos devem possuir sistema de telemetria e gerenciamento de voo compatível com os procedimentos de autorização de voo vigentes no Brasil, permitindo ao operador extrair os dados necessários para o preenchimento de solicitações no sistema SARPAS / SARPAS NG.

4.19. **Da conformidade de radiofrequência e potência (RF)**

4.19.1. Os equipamentos a serem entregues pela Contratada devem operar estritamente dentro das faixas de radiofrequência (especialmente 2.400-2.483,5 MHz e 5.725-5.850 MHz) e limites de potência (máximo de 1 Watt para sistemas de espalhamento espectral ou modulação digital) permitidos no Brasil em cumprimento integral dos requisitos de radiação restrita do Ato ANATEL nº 14.448/2017, sob pena de não recebimento definitivo do objeto.

4.20. **Dos requisitos de segurança operacional e gestão de riscos**

4.21. Para garantir a integridade do patrimônio público e a segurança da navegação aérea, os equipamentos do Lote III deverão obrigatoriamente possuir os seguintes mecanismos técnicos de mitigação de riscos:

4.21.1. **Sistema de Retorno Automático (Return to Home - RTH):** A aeronave deve possuir funcionalidade programável de retorno seguro ao ponto de decolagem, acionada automática ou manualmente nas situações de: (a) perda de sinal do enlace de comando e controle (C2); (b) níveis críticos de carga de bateria; e (c) perda de sinal de posicionamento GNSS (GPS), visando a descida segura utilizando rotas pré-programadas.

4.21.2. **Mecanismos de Segurança em Voo (Fail-Safe):** O sistema deve ser capaz de executar manobras automáticas de emergência para evitar quedas, incluindo o pouso de emergência controlado (Auto-Landing) e a manutenção de posição fixa no ar (Safe Hover) em caso de anomalias sistêmicas.

4.21.3. **Registros de Voo Exportáveis (Flight Logs):** O software de gerenciamento deve permitir a exportação de dados detalhados da telemetria de voo em formato compatível com sistemas de auditoria. Tais registros são indispensáveis para fins de responsabilização, investigação de incidentes e análise pelo CENIPA/DECEA, conforme os protocolos de segurança de voo.

4.21.4. **Respeito aos Limites Operacionais:** O operador deverá observar e o sistema deverá alertar sobre as limitações térmicas, de altitude e de resistência a ventos, conforme especificado no manual técnico do fabricante, visando evitar falhas estruturais ou perda de controle decorrentes de condições meteorológicas adversas no Estado do Acre.

4.21.5. **Atualização e Segurança Cibernética:** O fabricante deve garantir a disponibilidade de atualizações periódicas de firmware e correções de segurança (patches), visando a correção de falhas críticas, melhoria da estabilidade de voo e proteção contra interferências ilegais.

4.21.6. **Compatibilidade com Remote ID (Identificação Eletrônica):** O hardware deve possuir arquitetura técnica compatível com futuras exigências de Remote ID (Identificação Remota), garantindo que o investimento do IDAF/AC seja resiliente a novas regulamentações de segurança e identificação eletrônica no contexto do gerenciamento de tráfego não tripulado (UTM).

4.22. **Da segurança da informação, proteção de dados (lgpd) e cadeia de custódia**

4.23. Considerando que as Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA) serão utilizadas em atividades de pesquisa científica em defesa agropecuária com o desenvolvimento de modelos de **Inteligência Artificial** e em finalísticas de fiscalização e vigilância ativa pontual, os equipamentos e sistemas do Lote III deverão obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos de segurança e governança de dados:

4.23.1. **Criptografia e Proteção de Comunicação:**

4.23.2. O sistema de transmissão entre a aeronave (drone) e o rádio controle deve utilizar protocolo de criptografia robusta (mínimo AES-256) para proteger o fluxo de vídeo e os dados de telemetria contra interceptações não autorizadas.

4.23.3. O equipamento deve permitir a proteção de dados armazenados em mídias internas ou cartões de memória por meio de senha ou criptografia, impedindo o acesso indevido às imagens sensíveis em caso de perda ou extravio físico do drone.

4.23.4. **Governança de Dados e Retenção (LGPD):**

4.23.5. Em estrita observância à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), o software de gerenciamento deve permitir a configuração de políticas de retenção de dados, possibilitando que o IDAF/AC defina prazos de guarda e procedimentos de descarte automatizado ou manual, baseados na finalidade pública da coleta (Art. 7º, III da LGPD).

4.23.6. O sistema deve possuir "Modo de Dados Locais" (*Local Data Mode*), que, quando ativado, impede o envio inadvertido de logs de voo ou imagens para servidores em nuvem do fabricante, garantindo que o controle soberano dos dados permaneça integralmente com o Instituto.

4.24. **Preservação da Cadeia de Custódia:**

4.24.1. Para garantir a integridade e a autenticidade das evidências coletadas para fins de processos administrativos, civis ou penais, o equipamento deve registrar metadados invioláveis em cada arquivo de imagem ou vídeo, incluindo: (a) *timestamp* (carimbo de tempo) confiável sincronizado via GNSS; (b) coordenadas geográficas precisas (lat/long/altitude); e (c) identificação única do número de série da aeronave e do piloto (ID operacional).

4.24.2. O sistema deve gerar Logs de Acesso e Operação protegidos, que registrem quem operou o equipamento e quais alterações de configuração foram realizadas, servindo como trilha de auditoria para investigações ou perícias técnicas.

4.25. **Da sustentabilidade e gestão de resíduos (logística reversa)**

4.25.1. **Dos requisitos técnicos das baterias (segurança e vida útil):**

4.25.2. As baterias de Lítio (Li-ion/LiPo) constantes no Lote III deverão possuir sistema integrado de gestão (Battery Management System - BMS) capaz de: (a) proteção contra sobrecarga; (b) proteção contra descarga profunda; (c) monitoramento de temperatura e interrupção em caso de sobreaquecimento.

4.25.3. As baterias devem suportar um ciclo de vida compatível com a categoria "Enterprise", mantendo, no mínimo, 80% da sua capacidade nominal após 200 ciclos de carga/descarga (padrão de mercado para o modelo de referência).

4.25.4. O fornecedor deverá entregar, junto com os equipamentos, instruções detalhadas em português sobre armazenamento seguro (modo de armazenamento para transporte e longa duração), visando prevenir riscos de combustão e degradação química em função do clima local.

4.26. **Do descarte e logística reversa:**

4.26.1. A Contratada obriga-se a operacionalizar o sistema de Logística Reversa dos equipamentos e baterias fornecidos, sem ônus para o IDAF/AC, nos termos do Art. 33 da Lei nº 12.305/2010.

4.26.2. Para fins de recebimento, a licitante deverá apresentar declaração de que o fabricante ou importador possui registro ativo no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) do IBAMA, em conformidade com a IN IBAMA nº 08/2012.

4.26.3. Ao final da vida útil dos componentes (especialmente baterias inservíveis), o IDAF/AC notificará a Contratada, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizar a coleta e dar a destinação final ambientalmente adequada, apresentando o respectivo comprovante de descarte ou reciclagem.

4.27. **Treinamento, certificações e seguro**

4.27.1. **Do recebimento técnico e familiarização**

4.27.2. Considerando que o IDAF/AC e sua parceira técnica (EMBRAPA) já possuem quadro de pilotos experientes e capacitados no ecossistema DJI e em conformidade com as normas da ANAC (RBAC-E 94) e DECEA (ICA 100-40), a presente contratação não incluirá cursos de formação ou treinamento de pilotagem.

4.27.3. No ato do recebimento técnico, a Contratada deverá realizar apenas a Familiarização Tecnológica (entrega técnica), demonstrando o perfeito funcionamento dos sistemas, a integridade dos sensores e a atualização dos firmwares, conforme os manuais em português que acompanham o produto.

4.27.4. Eventuais demandas de treinamento para recursos altamente específicos (como processamento avançado de RTK) serão objeto de contratação autônoma ou via cooperação técnica institucional, visando não onerar o custo de aquisição do hardware e garantir a ampla competitividade do certame (Art. 40, § 3º da Lei 14.133/21).

4.28. **Do seguro e da habilitação de pilotos**

4.28.1. Segundo META: Nos termos do item E94.103(d) do RBAC-E nº 94 da ANAC, as aeronaves pertencentes a entidades controladas pelo Estado são isentas da obrigatoriedade de seguro com cobertura de danos a terceiros. O IDAF/AC, no exercício de sua autonomia administrativa e visando a economicidade, opta por não exigir o seguro nesta fase de aquisição, assumindo o risco operacional que será mitigado pelo rigoroso protocolo de voo pela equipe técnica.

4.28.2. **Habilitação:** As aeronaves objeto desta licitação enquadram-se na Classe 3 (peso < 25kg). Segundo o RBAC-E 94, para operações em linha de vista (VLOS) até 400 pés, a ANAC não exige licença ou habilitação específica para os pilotos, bastando o cadastro no SISANT e o cumprimento das regras operacionais.

4.28.3. O IDAF/AC declara que seu corpo técnico já atende aos requisitos de idade mínima e proficiência para o uso do ecossistema especificado, tornando desnecessária a exigência de certificações adicionais por parte do fornecedor.

4.29. **Segurança Operacional e Observador Visual - Spotter (RBAC-E 94) relativa ao item 11 - Drone FPV Imersivo**

4.29.1. **Drone FPV Imersivo** somente poderá levantar voo mediante operação assistida: o piloto operará via Goggles (FPV), enquanto um Observador Visual designado deverá manter o contato visual direto (*VLOS - Visual Line of Sight*) com a aeronave em tempo integral, garantindo a segurança contra obstáculos e aeronaves tripuladas, conforme exigido pela regulação aeronáutica vigente.

4.30. **Das condições climáticas e integridade técnica (itens 09, 10 e 11):**

4.30.1. Em estrita observância às especificações de engenharia e aos manuais oficiais dos fabricantes, as aeronaves objeto desta licitação não possuem certificação IP (Ingress Protection) contra líquidos.

4.30.2. É vedada a operação dos equipamentos em condições de precipitação pluviométrica (chuva), neblina ou umidade extrema. Tal restrição é necessária para preservar a integridade dos sensores ópticos de alta sensibilidade e a acurácia dos dados de fotogrametria centimétrica.

4.30.3. O monitoramento meteorológico pré-voo é responsabilidade exclusiva da equipe de pilotos do IDAF, garantindo que as missões ocorram em 'tempo seco', assegurando a integridade do patrimônio público e a qualidade científica das imagens capturadas.

4.30.4. Ressalta-se que a atividade de mapeamento e fiscalização com uso de Inteligência Artificial (IA) exige condições de iluminância solar específicas. A operação sob chuva, independentemente de proteção física da aeronave, resultaria em refração nas lentes e distorção de pixels, tornando os dados tecnicamente nulos para o processamento de precisão pretendido.

4.30.5. A proteção contra o calor e o frio é garantida pelo envelope térmico operacional das aeronaves, que suportam temperaturas entre -10 °C e 40 °C, atendendo plenamente à realidade climática do Estado do Acre.

4.31. **Dispensa da exigência de prova de conceito ou uso de amostras para os drones itens 09, 10 e 11.**

4.31.1. **Do Embasamento Científico e Institucional (EMBRAPA)**

4.32. Diferente de uma aquisição de prateleira comum, a especificação dos drones, especialmente Item 10 (Drone de Alta Precisão), está vinculada ao **Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para o Uso de Drones em Agricultura de Precisão da EMBRAPA**, mediante termo de cooperação técnica.

4.33. Conforme as publicações técnicas da **Embrapa Acre** (Circular Técnica nº 75/2018 e Documentos 169/2020), o emprego de RPAs de Classe 3 para fotogrametria e Manejo Florestal 4.0 no Estado do Acre utiliza a plataforma DJI como padrão de referência para a geração de Modelos Digitais de Terreno (MDT) e Superfície (MDS). Exigir uma Prova de Conceito (PoC) para um equipamento que é o instrumento de trabalho padrão dos pesquisadores da Embrapa em Rio Branco/AC configura um contrassenso administrativo e técnico.

4.34. **Da Inviabilidade Técnica de Outros Modelos (Risco de Inovação Reversa)**

4.34.1. A literatura científica citada (Soares & Schröder, 2025; Figueiredo et al., 2018) demonstra que a eficácia da IA no monitoramento agropecuário depende da qualidade radiométrica e geométrica da imagem.

4.34.2. Segundo Figueiredo, 2020, o Obturador Mecânico presente no Matrice 4E é a tecnologia que garante a integridade dos pixels em voos de mapeamento. Esta tecnologia é validada nos estudos de inventário de plantas e monitoramento de pragas da Embrapa Soja (Francini et al, 2018 e Soares & Schröder, 2025).

4.34.3. Os drones da DJI possuem forte integração com o ecossistema de softwares utilizados pela Embrapa na pesquisa agropecuária e florestal, tais como Python Scripts para IVs, OpenDroneMap, dentre outros. Portanto, a contratação de desta solução é satisfatória para os objetivos do projeto de parceria institucional e enfaticamente recomendada pelos pesquisadores envolvidos.

4.35. **Da Desnecessidade de Amostras e Prova de Conceito (PoC)**

4.35.1. Em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e os princípios da **Eficiência e Economicidade**, o IDAF/AC dispensa a exigência de PoC pelos seguintes motivos:

4.35.2. **Validação por Pares:** O equipamento já foi exaustivamente testado e validado por instituição de pesquisa de renome nacional (EMBRAPA).

4.35.3. **Notoriedade Técnica:** A DJI detém a liderança tecnológica global, com manuais e catálogos que detalham as especificações do sensor, inclusive a velocidade de obtenção, permitindo a conferência documental satisfatória.

4.35.4. **Custo Logístico:** Exigir que empresas tragam aeronaves Enterprise para demonstração no Acre, s.m.j., encareceria desnecessariamente as propostas, ferindo a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa.

4.36. **Conclusão**

4.36.1. A especificação é, portanto, uma **Padronização Técnica Necessária** com amparo no **Art. 41, I, Lei 14.133/21**. O IDAF não busca apenas "um drone", mas a continuidade da ferramenta tecnológica que sustenta a pesquisa agropecuária de vanguarda no Estado do Acre, evitando o desperdício de recursos com equipamentos de baixo desempenho óptico e que não atendem aos requisitos de georreferenciamento centimétrico. Os parâmetros técnicos aqui delineados encontram-se em total sintonia com os **entendimentos mais recentes da mais alta Corte de Contas do país em (2024-2026)**, especialmente no que tange à segurança jurídica trazida pelo Art. 40 e Art. 43 da Lei 14.133/2021.

4.37. **Dos Quantitativos de Baterias (Itens 10 e 11):** A manutenção de 03 (três) baterias nos itens principais obedece à lógica de engenharia do hardware. O Hub de Carregamento Bidirecional fornecido no kit original possui capacidade para carregar sequencialmente até 03 baterias. A inclusão de uma quarta bateria no kit geraria uma ociosidade física no carregamento simultâneo. Para garantir a autonomia total das missões, o IDAF optou por licitar baterias e hubs adicionais nos itens 12 a 19, permitindo uma gestão modular de insumos.

4.38. **Da justificativa técnica para sensores de detecção omnidirecional (item 08)**

4.38.1. A exigência de sistema de detecção de obstáculos omnidirecional (360 graus) para a aeronave de classe ultra-leve (Item 08) não constitui restrição indevida, mas sim um Requisito Crítico de Segurança Operacional, fundamentado nos seguintes preceitos técnicos:

4.38.2. **Mitigação de Risco em Ambientes de Alta Complexidade:** As operações do IDAF/AC ocorrem rotineiramente em "franjas de floresta", áreas de vegetação densa e ambientes com obstáculos irregulares. Nestes cenários, a detecção apenas frontal ou traseira é insuficiente para evitar colisões laterais ou superiores durante manobras de inspeção fitossanitária, onde a atenção do operador está voltada ao monitoramento do alvo e não apenas ao deslocamento da aeronave.

4.38.3. **Proteção do Erário e Continuidade do Serviço Público:** A perda total de um equipamento (PT) por colisão em áreas remotas do Estado do Acre representa um dano direto ao erário e a interrupção imediata de missões críticas de fiscalização. O sistema omnidirecional atua como um "mecanismo de redundância de segurança", reduzindo drasticamente a probabilidade de sinistros e garantindo o máximo aproveitamento do ciclo de vida útil do bem.

4.38.4. **Eficiência no Investimento (TCO):** Sob a ótica do Custo Total de Propriedade, a aquisição de hardware com proteção 360° revela-se economicamente superior à aquisição de modelos simplificados, visto que o custo de uma única reparação ou reposição de aeronave danificada superaria a diferença de preço entre as tecnologias disponíveis no mercado.

4.38.5. **Acessibilidade e Curva de Aprendizado:** Por serem operados por técnicos de campo em condições adversas, o auxílio tecnológico de sensores perimetrais garante uma operação mais segura e resiliente, permitindo que o foco institucional permaneça na coleta de dados e na defesa agropecuária, minimizando o erro humano.

5. **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A presente demanda requer a necessidade de **modernização, expansão e diversificação da infraestrutura tecnológica do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre (IDAF/AC)**, com vistas à superação de limitações técnicas atualmente enfrentadas em suas atividades finalísticas, especialmente no eixo estratégico da **Defesa Agropecuária**, que compreende ações de vigilância, prevenção, monitoramento, resposta sanitária, educação, pesquisa e inovação voltadas à sanidade animal e vegetal.

5.2. **Problema identificado:**

5.3. O IDAF/AC encontra-se atualmente **limitado em sua capacidade de processar, armazenar, analisar e disseminar grandes volumes de dados técnico-operacionais**, o que **compromete a eficiência, a precisão e a agilidade das ações de defesa agropecuária** em um cenário de crescente complexidade sanitária, climática e territorial. A inexistência de recursos de alta performance tecnológica, como servidores com capacidade computacional robusta, dispositivos de armazenamento inteligente (storage), soluções de inteligência artificial e equipamentos georreferenciados (como drones com sensores embarcados), impede a adoção de abordagens modernas e preditivas nas políticas públicas agropecuárias.

5.4. Diante de limitações estruturais e do progressivo descompasso entre a infraestrutura tecnológica atual e as demandas operacionais contemporâneas, a instituição vem enfrentando restrições em:

5.5. Executar ações de vigilância ativa com base em dados georreferenciados e séries históricas;

5.6. Realizar análise de risco sanitário e fitossanitário com apoio de modelagem preditiva;

5.7. Atuar preventivamente diante de pragas quarentenárias ou zoonoses emergentes;

5.8. Integrar-se a redes técnicas com instituições de pesquisa (EMBRAPA, SEAGRI, universidades);

5.9. Sustentar iniciativas de educação sanitária baseadas em plataformas digitais;

5.10. Garantir o armazenamento seguro, o versionamento e o tratamento massivo de dados estratégicos.

5.11. Além disso, os sistemas e processos informatizados de inspeção, fiscalização e defesa demandam **infraestrutura estável, interoperável, resiliente e escalável** na sede localizada na Capital sustentam as operações contínuas e simultâneas de acesso e provimento de serviços e informações tecnológicas para as Coordenações Estaduais dos Programas de Defesa Agropecuária, Unidades Locais e postos de fiscalização do IDAF/AC.

5.12. **Solução proposta:**

5.13. Para superar esse problema e viabilizar um novo patamar de atuação institucional, propõe-se a **aquisição estratégica de bens permanentes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**, incluindo:

5.14. Equipamentos de processamento de alto desempenho (servidores e estações avançadas);

5.15. Soluções de armazenamento estruturado (storage inteligente);

5.16. Periféricos robustos para análise e visualização técnica;

5.17. Drones com câmeras avançadas para coleta de dados em campo;

5.18. Licenças de softwares especializados e interoperáveis com sistemas reguladores e federais.

5.19. **Justificativa técnica:**

5.20. Trata-se de uma **demanda de natureza estratégica**, alinhada ao Plano Plurianual, à Lei Orçamentária Anual de 2025, aos programas de modernização tecnológica do Estado, e às diretrizes legais do IDAF. A contratação visa a dotar a autarquia de meios técnicos compatíveis com os **requisitos contemporâneos de atuação em defesa sanitária agropecuária**, conforme previsto nas Leis Estaduais nº 3.724/2021 (Defesa Animal) e nº 3.730/2021 (Defesa Vegetal), e fortalecer o cumprimento da missão legal da autarquia definida pela Lei nº 1.478/2003.

5.21. A proposta também se mostra coerente com a classificação do IDAF como serviço essencial à saúde pública (Lei nº 3.963/2022), pois contribui diretamente para **prevenção de surtos, segurança alimentar, proteção ao agronegócio e à saúde coletiva**.

6. **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR LOTE E NÃO PARCELAMENTO**

6.22. Todavia, no presente caso, identifica-se a existência de itens de características semelhantes, em geral fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades.

6.23. O agrupamento dos itens ter sido estabelecido na forma de lote ocorre por se tratar de aquisições de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de alta complexidade, destinadas a estruturar o projeto estratégico de Inteligência Artificial deste Instituto. Diante disso, a separação dos itens em lotes foi estabelecida com base em critérios de vínculo técnico e funcionalidade, tendo em vista que não é uma aquisição de materiais de informática comuns, e sim materiais específicos que desempenharam a função de executar o projeto de Inteligência Artificial do Instituto, devido ao fato exposto, a administração optou por agrupar os itens em lotes que correspondem a cada tipo de finalidade que eles irão exercer na execução do projeto de desenvolvimento de Inteligência Artificial, desta forma tomando precauções para evitar que itens que são correlacionados a outros para o desempenho de sua função não sejam prejudicados por possíveis situações de darem Desertos ou Fracassados.

6.24. Buscando evitar que ocorra objetos Desertos ou Fracassados, os itens agrupados em cada lote formam uma solução integrada e coesa. A aquisição isolada de seus componentes geraria um risco inaceitável de incompatibilidade técnica, podendo comprometer o desempenho e a funcionalidade do todo. Por exemplo, no Lote II, a "Estação de Trabalho de Alto Desempenho" foi dimensionada especificamente para operar com os "Monitores 4K" e os "SSDs Externos", garantindo o fluxo de trabalho exigido para o processamento de dados de IA. A licitação separada poderia resultar na aquisição de componentes que, embora individualmente atendam às especificações, não apresentem a mesma sinergia e performance quando integrados

6.25. Além disso, como se trata de lotes divididos por agrupamentos de itens de finalidade específica, foi discriminado em cada lote os as exigências técnicas e de garantias específicas de cada item dos lotes, visando o o melhor entendimento por partes dos fornecedores na composição de preços dos lotes, conforme também centraliza a responsabilidade pela garantia, suporte técnico e pelo perfeito funcionamento da solução em um único fornecedor. Tal medida é crucial para mitigar riscos e simplificar a gestão de incidentes, evitando o "jogo de empurra" entre múltiplos fornecedores em caso de falhas, o que poderia acarretar atrasos e prejuízos irreparáveis ao projeto.

6.26. Optou-se pelo agrupamento dos itens em 07 (Sete) lotes distintos, cujo agrupamento não restringe a competitividade de licitantes, tampouco, causa prejuízo para a Administração contratante. visando que tipo de fornecimento dos itens de cada lote tem uma finalidade distinta, será mais vantajosa para a Administração o gerenciamento dos lotes por finalidade específica, visando um contrato que será mas transparente na sua execução e fiscalização por abranger as partes específicas de cada etapa da execução do projeto.

6.27. Em síntese, a opção por licitarmos o fornecimento através de lote, confere melhor atendimento da demanda, por uma maior corroboração com o princípio da economicidade, tendo em vista que a prestação do fornecimento desta forma implicará em menor custo logístico, mais economicidade e uma execução mas eficiente do contrato, desta forma garantindo juntamente um acompanhamento e uma fiscalização mas transparente e eficaz, e que também por os itens serem fornecidos por lote onde irá ocorrer a redução de custos na distribuição dos respectivo materiais do presente processo.

6.28. Justifica-se o não parcelamento, tendo em vista que os itens da contratação são objetos específicos e já separados por lotes, considerando cada tipo de finalidade que eles irão exercer na execução do projeto de desenvolvimento de Inteligência Artificial e a familiaridade de cada item.

7. **NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

7.29. Os materiais a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

8. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

8.30. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

8.31. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

8.32. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

8.33.	Prover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA; e
8.34.	Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
9.	PREVISÃO DA VEDAÇÃO OU DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO
9.35.	Será vedada a participação de consórcios ou grupo de empresas, cooperativas e/ou associações na licitação.
9.36.	Importante registrar que a admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 15, da Lei no 14.133/21. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem garantir a competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público.
10.	DA SUSPENSÃO DO PREGÃO
10.37.	Devido ao objeto da licitação haverá a necessidade da suspensão do pregão, para análise técnica do setor de TI do órgão das propostas classificadas provisoriamente em primeiro lugar.
10.38.	Após a emissão do parecer técnico da equipe de TI, o processo será encaminhado novamente a SELIC para reabertura do pregão e continuidade dos trâmites do certame.
11.	DA FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO DE CREDOR
11.39.	Os fornecedores que não tiverem um cadastro ativo junto a SEFAZ/AC, precisarão realizar o procedimento de junto a Sefaz do Estado do Acre para formalização do Cadastro de Credor.
11.40.	Informamos a obrigatoriedade do pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE (Taxa de Expediente), visando o registro do Cadastro de Credores do Estado, para fins de recebimentos de valores junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo.
11.41.	Portanto, caso a futura empresa vencedora não possua cadastro de credor junto a SEFAZ do estado do Acre, a mesma deverá registra-se. Ressalta-se, que para finalizar tal cadastro, se faz necessário a realização do pagamento de uma taxa padrão (obrigatória) que a SEFAZ/AC estabelece.
11.42.	A realização do cadastro é essencial para a contratação mediante que através dele que o sistema financeiro da administração formaliza as Notas de Empenho e realiza os pagamentos dos fornecedores contratados.
12.	PRAZO DO CONTRATO
12.1.	DO CONTRATO
12.1.1.	Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre, poderão celebrar o Termo de Contrato.
12.1.2.	O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre.
12.2.	DA VIGÊNCIA
12.2.1.	O prazo de vigência do instrumento contratual a ser firmado com a CONTRATADA, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
12.2.2.	O prazo de vigência não será prorrogado por iguais e sucessivos períodos, tendo em vista a natureza dos objetos, ressalvada a possibilidade de prorrogação excepcional e devidamente justificada, nos termos da legislação vigente, exclusivamente para fins de cumprimento das obrigações de garantia que extrapolem o prazo contratual.
12.2.3.	No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.
12.3.	DA EFICÁCIA
12.3.1.	A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
12.3.2.	A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
12.3.2.1.	20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
13.	DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS
13.1.	Em atendimento do artigo 94, XIV do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
13.2.	As propostas ofertadas pelos fornecedores terão o prazo de validade de 90 dias.
14.	DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO
14.1.	Em atendimento do artigo 94, XVIII do Decreto Estadual nº 11.363/2023.
14.2.	Após a realização do Termo de Contrato pelo órgão gerenciador, o mesmo deverá ser assinado pelo fornecedor em até 3 (Três) dias
15.	FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
15.1.	DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL
15.1.1.	A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.
15.1.2.	O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.
15.2.	LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:
15.2.1.	Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito do Estado do Acre.
16.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
16.1.	DA SUBCONTRATAÇÃO
16.1.1.	Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.
16.2.	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
16.2.1.	Não será exigida a prestação de garantia da execução
16.3.	DA AMOSTRA
16.3.1.	A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras.
17.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA
17.1.	O valor percentual a ser comprovado pela empresa será de 10% do Patrimônio líquido.
18.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1. **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a empresa fornecido **satisfatoriamente** os materiais e serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação. Podendo ser exigido que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado;

18.2. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conformidade com o Art. 67, inciso III da Lei 14.133/2021.

19. **PARTICIPAÇÃO DE ME / EPP / EQUIVALENTES**

19.1. Em observância do Art.48, Inciso **I**, da Lei Complementar nº123/2006 e Art. 94, XII do Decreto Estadual nº11.363/2023.

19.2. O Lote número **V** desta contratação, serão destinados a Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

19.3. Os Lotes número **I, II, III e IV** serão de ampla disputa.

20. **DA FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO DE CREDOR**

20.1. Os fornecedores que não tiverem um cadastro ativo junto a SEFAZ/AC, precisarão realizar o procedimento de junto a Sefaz do Estado do Acre para formalização do Cadastro de Credor.

20.2. Informamos a obrigatoriedade do pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE (**Taxa de Expediente**), visando o registro do Cadastro de Credores do Estado, para fins de recebimentos de valores junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo.

20.3. Portanto, caso a futura empresa vencedora não possua cadastro de credor junto a SEFAZ do estado do Acre, a mesma deverá registra-se. Ressalta-se, que para finalizar tal cadastro, se faz necessário a realização do pagamento de uma taxa padrão (obrigatória) que a SEFAZ/AC estabelece.

20.4. A realização do cadastro é essencial para a contratação mediante que através dele que o sistema financeiro da administração formaliza as Notas de Empenho e realiza os pagamentos dos fornecedores contratados.

21. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

21.1. **LOCAL DE ENTREGA:**

21.1.1. Sede do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre, situada na Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, conforme a necessidade do órgão descrita nas ordens de entrega dos objetos.

21.1.2. 30 (Trinta) dias a contar do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE.

21.2. **CONDIÇÕES PARA ENTREGA:**

21.2.1. A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

21.2.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

21.2.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

21.2.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

21.3. **DO RECEBIMENTO**

21.3.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

21.3.1.1. Provisoriamente: Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

21.3.1.2. Definitivamente: Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

21.3.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

21.3.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

21.3.4. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

21.3.5. No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

21.3.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)

21.3.7. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

21.3.8. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro

21.4. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA :**

21.4.1.

LOTE I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
01	SOLUÇÃO CENTRALIZADA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE ALTA CAPACIDADE E CONFIABILIDADE (Storage Array): Dell ME5024 Storage Array:	UN	36 meses de suporte avançado. <ul style="list-style-type: none">Atendimento 24x7 (telefone, chat ou portal) com técnicos especializados.Suporte para hardware e software de terceiros (quando relacionado ao servidor).Diagnóstico remoto mais rápido e prioridade no atendimento.Caso seja identificada a necessidade de substituição de peça ou

			manutenção presencial, a Dell garante que um técnico autorizado comparecerá no local em até 4 horas (dentro do horário de cobertura e nas regiões atendidas).
02	SOUNDBAR PARA MONITOR DELL - Soundbar Dell SB521A	UN	12 Meses
03	TECLADO EMPRESARIAL COM TECLAS MULTIMÍDIA, CONEXÃO COM FIO E LAYOUT ABNT2 – Teclado Multimídia Empresarial da Dell - KB522:	UN	90 dias
04	MOUSE EMPRESARIAL COM TECNOLOGIA LASER, CONEXÃO COM FIO E BOTÕES LATERAIS PROGRAMÁVEIS - Mouse Laser com fio Dell – MS3220:	UN	90 dias

21.4.2.

LOTE II

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
05	ESTAÇÃO DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO PARA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - Workstation IA contendo	UN	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia das Peças (Hardware): <ul style="list-style-type: none"> ◦ Todas as peças e componentes que compõem o computador possuir garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, contados a partir da data de entrega do equipamento ao contratante. ◦ A substituição de peças defeituosas será realizada pelo fornecedor sem ônus adicional ao contratante, exceto em casos de mau uso, danos acidentais ou modificações não autorizadas. • Suporte Técnico Especializado: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Será disponibilizado suporte técnico por 36 (trinta e seis) meses a contar da data de entrega do equipamento. ◦ O suporte compreenderá atendimento remoto e/ou presencial (quando necessário) para diagnóstico, configuração, formatação, reinstalação de software original e orientações de uso. ◦ O suporte técnico não inclui a substituição gratuita de peças após o término do período de 12 (doze) meses de garantia de hardware.
06	MONITOR PROFISSIONAL DE 32 POLEGADAS COM RESOLUÇÃO 4K	UN	12 meses
07	SSD EXTERNO PORTÁTIL DE 2TB, ALTA VELOCIDADE (USB 3.2 GEN 2) E RESISTENTE – Similar ao SSD Externo Portátil SanDisk Extreme, 2TB:	UN	12 meses

21.4.3.

LOTE III

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
08	DRONE AÉREO ULTRA LEVE (ATÉ 249,9G) COM CÂMERA 4K E KIT DE VOO ESTENDIDO – Drone similar ao Dji Mini 5 Pro Combo Fly More Plus	UN	<p>12 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> Todas as peças, componentes eletrônicos e mecânicos do drone (incluindo controladora de voo, motores, hélices, sensores e bateria) possuem garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, contados a partir da data de entrega do equipamento ao contratante. A substituição de peças defeituosas será realizada pelo fornecedor sem ônus adicional ao contratante, exceto em casos de mau uso, queda, danos ocasionados por condições climáticas adversas, modificações não autorizadas ou uso em desacordo com as orientações do fabricante.
09	DRONE PROFISSIONAL ENTERPRISE COM CÂMERA AVANÇADA E DETECÇÃO OMNIDIRECIONAL – Drone DJI Matrice 4E	UN	<p>12 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> Todas as peças, componentes eletrônicos e mecânicos do drone (incluindo controladora de voo, motores, hélices, sensores e bateria) possuem garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, contados a partir da data de entrega do equipamento ao contratante. A substituição de peças defeituosas será realizada pelo fornecedor sem ônus adicional ao contratante, exceto em casos de mau uso, queda, danos ocasionados por condições climáticas adversas, modificações não autorizadas ou uso em desacordo com as orientações do fabricante.
10	DRONE FPV IMERSIVO COM CÂMERA 4K E KIT MULTIBATERIA – Drone DJI Avata 2 Fly More Combo (3 Baterias)	UN	<p>12 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> Todas as peças, componentes eletrônicos e mecânicos do drone (incluindo controladora de voo, motores, hélices, sensores e bateria) possuem garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, contados a partir da data de entrega do equipamento ao contratante. A substituição de peças defeituosas será realizada pelo fornecedor sem ônus adicional ao contratante, exceto em casos de mau uso, queda, danos ocasionados por condições climáticas adversas, modificações não autorizadas ou uso em desacordo com as orientações do fabricante.
11	HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO PARA BATERIAS DE DRONE (MINI 2/SE) – Hub de Bateria Triplo Original Dji Mini 2:	UN	<p>90 dias</p>

12	HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO INTELIGENTE PARA BATERIAS DE DRONE (PARA DRONE MINI 5 PRO) – Hub de Carregamento de Bateria Triplo Original DJI Mini 5 Pro:	UN	90 dias
13	HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO INTELIGENTE PARA BATERIAS DE DRONE (COM MODO DE ARMAZENAMENTO - PARA DRONE MATRICE 4E) – HUB DE BATERIA TRIPLO ORIGINAL MATRICE 4:	UN	90 dias
14	CARREGADOR RÁPIDO USB-C DJI 65W BR - DJI1030	UN	90 dias
15	CARREGADOR RÁPIDO DE 100W COM PORTA USB-C (PD) E PORTA USB-A – CARREGADOR DJI USB-C 100W:	UN	90 dias
16	BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MINI 2/SE (~ 31 MINUTOS DE AUTONOMIA (STD))	UN	12 meses e ciclo de carga menos a 200 vezes
17	BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MINI 5 PRO (~ 52 MINUTOS DE AUTONOMIA (PLUS))	UN	12 meses e ciclo de carga menos a 200 vezes
18	BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MATRICE 4E SÉRIES (~ 45 MINUTOS DE AUTONOMIA (HC))	UN	12 meses e ciclo de carga menos a 200 vezes
19	CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO SDXC DE 128GB, ALTA VELOCIDADE (U3/V30) E RESISTENTE:	UN	Mínimo de 36 meses

21.4.4.

LOTE IV			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
20	SWITCH DE AGREGAÇÃO L3 DE ALTA CAPACIDADE (PORTAS 10G SFP+ E 25G SFP28) – Switch Ubiquiti Hi-Capacity Aggregation:	UN	12 meses
21	SWITCH ENTERPRISE L3 COM 48 PORTAS 2.5GBE POE+ (E 4 UPLINKS 10G SFP+) – Switch 48 portas Ubiquiti Enterprise:	UN	12 meses
22	SWITCH ENTERPRISE L3 DE 24 PORTAS POE+ (COM 12 PORTAS 2.5GBE E 2 UPLINKS 10G SFP+) – Switch 24 portas Ubiquiti Enterprise:	UN	12 meses
23	CÂMERA DE VIGILÂNCIA IP TIPO DOME (5MP, VISÃO NOTURNA, POE) – Camera G5Dome:	UN	12 meses

24	CONTROLADOR DE REDE UNIFI COM NVR INTEGRADO (E ARMAZENAMENTO DE 1TB) – Gerenciador de Rede UniFi Cloud Key Gen2 Plus (UCK-G2-PLUS)	UN	12 meses
25	ACCESS POINT WI-FI 6 DE LONGO ALCANCE (ALIMENTAÇÃO POE+) – Access Point U6 Long-Range:	UN	12 meses
26	ACCESS POINT WI-FI 6E ENTERPRISE (UPLINK 2.5GBE, POE+) – Access Point U6 Enterprise:	UN	12 meses

21.4.5.

LOTE V			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
27	SOFTWARE DE PROCESSAMENTO FOTOGRAMÉTRICO E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS – 02 LICENÇAS PERPÉTUAS - PIX4DMAPPER	UN	As licenças deverão ser perpétuas e incluir acesso a um período inicial de suporte técnico do fabricante/fornecedor e atualizações (conforme política padrão para licenças perpétuas do software de referência ou equivalente). O licenciamento comercial deve permitir o uso irrestrito pelo IDAF/AC em suas atividades institucionais.

22. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

22.1. Não será exigida a prestação de garantia de Execução.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 23.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 23.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 23.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 23.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado
- 23.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 23.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 23.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 23.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 23.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 23.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 23.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 23.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 24.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 24.2. Entregar o objeto em perfeito estado de uso, sem danos ou imperfeições nas embalagens que gerem danos aos objetos.
- 24.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 24.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 24.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 24.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 24.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

24.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

24.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

24.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

24.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

24.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

24.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

24.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

24.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

24.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

25. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

25.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

25.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

25.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

25.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

25.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

25.6. FISCAL DO CONTRATO

25.6.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

25.6.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

25.6.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

25.6.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

25.6.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

25.6.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

25.6.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

25.6.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

25.6.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

25.6.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

25.6.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

25.6.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

25.6.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

25.6.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

25.6.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

25.6.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

25.6.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

25.6.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

25.6.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

25.6.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

25.6.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

25.6.1.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos servidos efetivamente realizados;

25.6.1.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

25.6.1.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

25.6.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

- 25.7. **GESTOR**
- 25.8. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 25.8.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 25.8.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 25.8.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 25.8.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 25.8.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 25.8.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 25.8.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 25.8.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 25.8.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 25.8.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 25.8.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 25.8.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 25.8.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 25.8.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 25.8.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 25.8.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 25.8.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 25.8.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 25.8.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 25.8.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 25.8.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 25.8.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.
- 26. DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**
- 26.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
 - VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
 - IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 26.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
 - II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 26.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:
- 26.3. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 26.4. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).
- 26.5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

- 26.6. A extinção do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 26.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 26.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I - devolução da garantia;
 - II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
 - III - pagamento do custo da desmobilização.
- 26.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:
- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
 - II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
 - III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas

27. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 27.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.
- 27.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 27.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:
- a) **Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF**
 - b) **CNPJ nº 05.509.035/0001-74**
- 27.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 27.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 27.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
- 27.6.1. $EM = N \times VP \times I / 365$, onde:
- 27.6.2. EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
- 27.6.3. N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
- 27.6.4. VP = Valor da parcela em atraso; e
- 27.6.5. $I = \text{IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)} / 100$.
- 27.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede do **Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF**, localizado na Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.
- 27.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 27.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
- 27.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
- 27.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 28.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste certame licitatório, a Administração do Órgão, garantida a prévia defesa, aplicará as fornecedoras as sanções previstas no Edital e seus anexos. E o seguinte:
- 28.2. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o presente contrato ou a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste termo, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no Decreto Estadual nº. 5.965 de 2010 e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.
- 28.3. Contratada será responsável por quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, durante o prazo de garantia do(s) item(ns), devendo providenciar a troca do(s) mesmo(s), sob pena de ser considerado como inexecução parcial do contrato.

28.4. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução que vierem a acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

28.5. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

28.5.1. advertência;

28.5.2. multa;

28.5.3. suspensão;

28.5.4. Declaração de inidoneidade.

28.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

28.7. Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos de:

28.8. dois anos para as licitações realizadas nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, para os seus respectivos contratos e para os contratos decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e

28.9. cinco anos para as licitações realizadas na modalidade pregão e para os seus respectivos contratos.

28.10. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

28.11. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

28.12. 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

28.13. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

28.14. 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e

28.15. 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame, tais como:

a) proposição de recursos manifestamente protelatórios;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

c) desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;

d) não cumprimento dos requisitos de habilitação na modalidade pregão, embora o licitante tenha declarado previamente no certame que os cumpria;

e) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, na modalidade pregão, consoante valor ofertado nas fases de lances ou de negociação; e

f) tumultuar a sessão pública da licitação

28.16. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta vencedora, ou sua correspondente nas dispensas e inexigibilidades de licitação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração ou pelo descumprimento de qualquer cláusula pactuada, à exceção do descumprimento do prazo de realização ou entrega do objeto;

28.17. a multa será executada com a observação da seguinte ordem:

- 28.17.1. mediante desconto no valor da garantia da proposta ou do contrato;

- 28.17.2. mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; e

- 28.17.3. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

28.18. O atraso para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

28.19. Em despacho com fundamentação sumária poderá ser relevado o atraso não superior a cinco dias.

28.20. Decorridos trinta dias de atraso na execução do objeto do contrato, a nota de empenho será cancelada e o contrato rescindido, exceto na existência de justificado interesse do órgão ou entidade contratante em admitir atraso superior a trinta dias, que será penalizado na forma do inciso II, do caput. § 6º.

28.21. As penalidades de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a de multa.

28.22. Suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, por prazo não superior a dois anos, podendo chegar a cinco anos em se tratando da modalidade pregão.

28.23. A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública, e será aplicada, dentre outros, nos seguintes casos e períodos.

28.24. Por até trinta dias:

28.24.0.1. Quando vencido o prazo de advertência para cumprimento de obrigação, o fornecedor permanecer inadimplente; ou

28.24.0.2. Quando o fornecedor deixar de entregar, no prazo estabelecido pela Administração, os documentos exigidos.

28.25. De trinta dias a seis meses:

a) para o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;

b) recebimento de duas penalidades de advertência, em prazo inferior a doze meses;

c) recebimento pela segunda vez da penalidade sancionada na forma do inciso I, em prazo inferior a vinte quatro meses;

d) recebimento de uma segunda penalidade de multa, por qualquer uma das seguintes condutas:

28.26. atraso na execução do objeto;

28.27. alteração da sua quantidade ou qualidade.

28.28. de seis a doze meses, nas situações de:

a) a retardamento imotivado na execução de serviço, obra e fornecimento de bens,

b) que implique em necessária rescisão contratual;

c) não pagamento da pena de multa no prazo estabelecido,

d) nas situações bem que não for possível o desconto da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; ou
e) recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso II, em prazo inferior a trinta e seis meses.

28.29. de doze a vinte e quatro meses:

- a) prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação, dentre os quais o conluio entre empresas;
- b) apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados nas licitações ou na execução do contrato, incluindo o Cadastro Unificado de Fornecedores - CADUF;
- c) condenação definitiva pela prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos relacionados ao contrato;
- d) quando o fornecedor paralisar serviço, obra ou fornecimento de bens sem justa motivação e prévia comunicação à Administração;
- e) entrega de objeto contratual falsificado ou adulterado;
- f) prática de sérios atos de inexecução contratual ou de ilícitos administrativos graves; ou
- g) recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso III, em prazo inferior a quarenta e oito meses.

28.30. Nos casos de recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso IV, ocorridas no período de até sessenta meses, desde que a primeira sanção tenha sido aplicada na gradação máxima, poderá a segunda sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.

28.31. A partir da terceira conduta sancionada na forma do inciso IV, ocorridas no período de até sessenta meses, qualquer que tenha sido a pena aplicada, poderá a terceira sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.

28.32. Declaração de inidoneidade é a sanção que qualifica negativamente o fornecedor, impedindo-o de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção.

28.33. A declaração de inidoneidade só poderá ser aplicada para as condutas previstas nas alíneas “a” a “g” do inciso IV, do § 1º, do art. 20, desde que existam prejuízos a serem ressarcidos à Administração.

28.34. A reabilitação do fornecedor perante a Administração se dará pelo cumprimento de obrigações de fazer, de pagar ou por ambas.

28.35. No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar desde já, para fins de reabilitação do licitante ou contratado, as obrigações de fazer ou o valor do ressarcimento e os critérios de correção nas obrigações de pagar.

28.36. A aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos I a III do art. 17 é atribuição da autoridade competente, podendo ser delegada, e a sanção prevista no inciso IV do art. 17 é de competência exclusiva da autoridade superior.

28.37. A autoridade que aplicar as sanções estabelecidas neste Decreto determinará a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Estado, no qual deverá conter as seguintes informações:

- 28.37.1. I. nome do fornecedor e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas
- 28.37.2. II. Jurídicas CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas -CPF;
- 28.37.3. III. nome e CPF de todos os sócios;
- 28.37.4. IV. sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento;
- 28.37.5. V. órgão ou entidade e autoridade que aplicou a sanção; e
- 28.37.6. VI. número do processo

29. ANTICORRUPÇÃO

29.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

29.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

30. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

30.1. DA MODALIDADE

30.1.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

30.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

30.2.1. Menor preço por Lote.

30.3. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes, solicitadas de acordo com a demanda do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF.

31. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

31.1. Constituem prazos e obrigações do órgão ou entidade gerenciadora da ata de registro de preços as estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, anexa ao presente processo administrativo.

31.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, art. 84 da Lei 14.133.

32. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

32.1. O valor estimado para a contratação pretendida é de **R\$**

33. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

33.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

33.1.1. Cód. Órgão / Unidade Executora: 753/207

33.1.2. Programa de Trabalho: _____

33.1.3. Elemento de Despesa: 33.90.30.00; 44.90.52.00 e 33.90.39.00

33.1.4. Fonte de Recurso: 15010700



Deivid Borges Wassem
Chefe de Departamento
Assessoria de Modernização Tecnológica
Portaria nº 81/PRES/IDAF, de 09 de fevereiro de 2023



Carlos Douglas da Silva Costa
Responsável pela Divisão de Compras e Contratos - DICC/IDAF
Portaria IDAF Nº 44, de 27 de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **DEIVID BORGES WASSEM, Chefe de Assessoria**, em 20/05/2026, às 08:57, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDIMILSON MARQUES DE ARAUJO, Auditor Fiscal Estadual Agropecuário**, em 20/05/2026, às 08:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DOUGLAS DA SILVA COSTA, Chefe de Divisão**, em 20/05/2026, às 10:39, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020923346** e o código CRC **850DC751**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0052.013537.00017/2025-66

O INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL - IDAF, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o número 05.509.035/0001-74, com sede na Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, o Senhor JOSÉ FRANCISCO THUM, brasileiro, residente e domiciliado no município de Rio Branco/AC, com competência conferida pelo Decreto Estadual nº 48-P, publicado no DOE nº 13.444, 03 de janeiro de 2023,, ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

I. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para **Aquisição de Soluções de TIC (Hardware, Software), Drones, periféricos e acessórios específicos para o IDAF/AC**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades deste Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF.

UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO		
01	Solução Centralizada de Armazenamento de Dados de Alta Capacidade e Confiabilidade (Storage Array) Dell PowerVault ME5024	UN	xx	R\$	R\$
02	Soundbar para Monitor	UN	xx	R\$	R\$
03	Teclado Empresarial com Teclas Multimídia, Conexão com Fio e Layout ABNT2	UN	xx	R\$	R\$
04	Mouse Empresarial com Tecnologia Laser, Conexão com Fio e Botões Laterais Programáveis	UN	xx	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE I: R\$					

LOTE II

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	Estação de Trabalho de Alto Desempenho para Inteligência Artificial	UN	XX	R\$	R\$
06	Monitor Profissional de 32 Polegadas com Resolução 4K	UN	XX	R\$	R\$
07	SSD Externo Portátil de 2TB, Alta Velocidade (USB 3.2 Gen 2) e Resistente	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL LOTE II: R\$					

LOTE III

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
08	Drone Aéreo Ultra Leve (até 249,9g) com Câmera 4K e Kit de Voo Estendido	UN	03	R\$	R\$
09	Drone Profissional Enterprise com Câmera Avançada e Detecção Omnidirecional	UN	02	R\$	R\$
10	Drone FPV Imersivo com Câmera 4K e Kit Multibateria	UN	01	R\$	R\$
11	Hub de Carregamento Triplo Inteligente para Baterias de Drone (para drone Mini 2/SE)	UN	01	R\$	R\$
12	Hub de Carregamento Triplo Inteligente para Baterias de Drone (para drone Mini 5 Pro)	UN	03	R\$	R\$

13	Hub de Carregamento Quadruplo Inteligente da série DJI Matrice 4	UN	04	R\$	R\$
14	Carregador Rápido USB-C DJI 65W BR - DJI1030	UN	05	R\$	R\$
15	Carregador Rápido de 100W com Porta USB-C (PD) e Porta USB-A	UN	03	R\$	R\$
16	Bateria de Voo inteligente para Drone Mini 2/SE (~ 31 Minutos de autonomia (STD))	UN	03	R\$	R\$
17	Bateria de Voo inteligente para Drone Mini 5 Pro (~ 52 Minutos de autonomia (PLUS))	UN	09	R\$	R\$
18	Bateria de Voo inteligente para Drone Matrice 4E Séries (~ 45 Minutos de autonomia (HC))	UN	18	R\$	R\$
19	Cartão de Memória Micro SDXC de 128GB, Alta Velocidade (U3/V30) e Resistente	UN	14	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE III: R\$					

LOTE IV

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	Switch de Agregação L3 de Alta Capacidade (Portas 10G SFP+ e 25G SFP28)	UN	XX	R\$	R\$
21	Switch Enterprise L3 com 48 Portas 2.5GbE PoE+ (e 4 Uplinks 10G SFP+)	UN	XX	R\$	R\$
22	Switch Enterprise L3 de 24 Portas PoE+ (com 12 Portas 2.5GbE e 2 Uplinks 10G SFP+)	UN	XX	R\$	R\$
23	Câmera de Vigilância IP Tipo Dome (5MP, Visão Noturna, PoE)	UN	XX	R\$	R\$
24	Controlador de Rede UniFi com NVR Integrado (e Armazenamento de 1TB)	UN	XX	R\$	R\$
25	Access Point Wi-Fi 6 de Longo Alcance (Alimentação PoE+)	UN	XX	R\$	R\$
26	Access Point Wi-Fi 6E Enterprise (Uplink 2.5GbE, PoE+)	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL LOTE IV: R\$					

LOTE V

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	Aquisição de Licença de Software Perpétua para Processamento Fotogramétrico e Geração de Ortofotos, Pix4Dmapper ou equivalente funcional.	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE V:					

2. CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.2. O órgão gerenciador será o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF

2.3. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

3. CLÁUSULA QUARTA – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.4. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.5. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.6. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.7. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.8. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

3.10. Será vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública estadual a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal (art. 338 do Decreto Estadual 11.363).

4. **CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

4.11. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.12. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.13. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 5.1.

4.14. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.1, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. **CLÁUSULA SEXTA – VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

5.15. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. **CLÁUSULA SÉTIMA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.16. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.17. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.18. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.19. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20. O instrumento contratual de que trata o item 7.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.21. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.22. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.22.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.22.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.22.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.22.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.23. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.24. O registro a que se refere o item 7.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.25. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.26. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.27. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.28. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, o preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.29. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.30. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.31. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.32. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.33. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.34. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.35. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

6.36. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. **CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.37. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.37.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.37.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.38. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.38.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.38.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. CLÁUSULA NONA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.39. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.40. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.41. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.42. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.43. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.44. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.45. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.46. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.47. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados

8.48. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.49. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.50. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.51. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.52. O remanejamento somente poderá ser feito:

d) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

e) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.53. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.54. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023

9.55. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.56. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.57. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.58. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

f) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

g) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

h) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

i) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.59. Na hipótese de aplicação de sanção previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.60. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.61. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.62. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

j) Por razão de interesse público;

k) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

l) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

11.63. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

11.64. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.65. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.66. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS

12.67. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

12.68. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.69. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

13.70. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio Branco – Ac, xx de Setembro de 2025.

JOSÉ FRANCISCO THUM
PRESIDENTE
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL - IDAF
CONTRATANTE

XXXXXX
Representante Legal

XXXXXX
Representante Legal

XXXXXX
Representante Legal

XXXXXX
Representante Legal

XXXXXX
Representante Legal

XXXXXX
Representante Legal

XXXXXX
Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DOUGLAS DA SILVA COSTA, Chefe de Divisão**, em 29/10/2025, às 10:21, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0017996327** e o código CRC **AD0D00F0**

ANEXO I

RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 0052.013537.00017/2025-66

Relação do(s) Fornecedor(es)/Preços Registrados por ocasião do Pregão Presencial para Registro de Preços N° xxx/2025

• EMPRESA XXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXX
Vencedora dos itens X; X; X ;X
Valor total de R\$ XXXXXXX (XXXXXXX).

• EMPRESA XXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXX
Vencedora dos itens X; X; X ;X
Valor total de R\$ XXXXXXX (XXXXXXX).

• EMPRESA XXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXX
Vencedora dos itens X; X; X ;X
Valor total de R\$ XXXXXXX (XXXXXXX).

• EMPRESA XXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXX
Vencedora dos itens X; X; X ;X
Valor total de R\$ XXXXXXX (XXXXXXX).

• EMPRESA XXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXX
Vencedora dos itens X; X; X ;X
Valor total de R\$ XXXXXXX (XXXXXXX).

• EMPRESA XXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXX
Vencedora dos itens X; X; X ;X
Valor total de R\$ XXXXXXX (XXXXXXX).

UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO		
01	Solução Centralizada de Armazenamento de Dados de Alta Capacidade e Confiabilidade (Storage Array) Dell PowerVault ME5024	UN	xx	R\$	R\$
02	Soundbar para Monitor	UN	xx	R\$	R\$
03	Teclado Empresarial com Teclas Multimídia, Conexão com Fio e Layout ABNT2	UN	xx	R\$	R\$
04	Mouse Empresarial com Tecnologia Laser, Conexão com Fio e Botões Laterais Programáveis	UN	xx	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE I: R\$					

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	Estação de Trabalho de Alto Desempenho para Inteligência Artificial	UN	XX	R\$	R\$
06	Monitor Profissional de 32 Polegadas com Resolução 4K	UN	XX	R\$	R\$
07	SSD Externo Portátil de 2TB, Alta Velocidade (USB 3.2 Gen 2) e Resistente	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL LOTE II: R\$					

LOTE III

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
08	Drone Aéreo Ultra Leve (até 249,9g) com Câmera 4K e Kit de Voo Estendido	UN	03	R\$	R\$
09	Drone Profissional Enterprise com Câmera Avançada e Detecção Omnidirecional	UN	02	R\$	R\$
10	Drone FPV Imersivo com Câmera 4K e Kit Multibateria	UN	01	R\$	R\$
11	Hub de Carregamento Triplo Inteligente para Baterias de Drone (para drone Mini 2/SE)	UN	01	R\$	R\$
12	Hub de Carregamento Triplo Inteligente para Baterias de Drone (para drone Mini 5 Pro)	UN	03	R\$	R\$
13	Hub de Carregamento Quadruplo Inteligente da série DJI Matrice 4	UN	04	R\$	R\$
14	Carregador Rápido USB-C DJI 65W BR - DJI1030	UN	05	R\$	R\$
15	Carregador Rápido de 100W com Porta USB-C (PD) e Porta USB-A	UN	03	R\$	R\$
16	Bateria de Voo inteligente para Drone Mini 2/SE (~ 31 Minutos de autonomia (STD))	UN	03	R\$	R\$
17	Bateria de Voo inteligente para Drone Mini 5 Pro (~ 52 Minutos de autonomia (PLUS))	UN	09	R\$	R\$
18	Bateria de Voo inteligente para Drone Matrice 4E Séries (~ 45 Minutos de autonomia (HC))	UN	18	R\$	R\$
19	Cartão de Memória Micro SDXC de 128GB, Alta Velocidade (U3/V30) e Resistente	UN	14	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE III: R\$					

LOTE IV

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	Switch de Agregação L3 de Alta Capacidade (Portas 10G SFP+ e 25G SFP28)	UN	XX	R\$	R\$
21	Switch Enterprise L3 com 48 Portas 2.5GbE PoE+ (e 4 Uplinks 10G SFP+)	UN	XX	R\$	R\$
22	Switch Enterprise L3 de 24 Portas PoE+ (com 12 Portas 2.5GbE e 2 Uplinks 10G SFP+)	UN	XX	R\$	R\$
23	Câmera de Vigilância IP Tipo Dome (5MP, Visão Noturna, PoE)	UN	XX	R\$	R\$

24	Controlador de Rede UniFi com NVR Integrado (e Armazenamento de 1TB)	UN	XX	R\$	R\$
25	Access Point Wi-Fi 6 de Longo Alcance (Alimentação PoE+)	UN	XX	R\$	R\$
26	Access Point Wi-Fi 6E Enterprise (Uplink 2.5GbE, PoE+)	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL LOTE IV: R\$					

LOTE V					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	Aquisição de Licença de Software Perpétua para Processamento Fotogramétrico e Geração de Ortofotos, Pix4Dmapper ou equivalente funcional.	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE V:					

MINUTA DE CONTRATO nº 22/2026/IDAF - DICC

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO XX/2026

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE **AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC, DRONES E PERIFERICOS** QUE CELEBRAM ENTRE SI O **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF** E A EMPRESA
XXXXXXXXXX

O **Estado do Acre**, por meio do **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL - IDAF** inscrita no CNPJ sob o nº 05.509.035/0001-74, sediado na Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, nesta capital, neste ato representado por seu presidente, o Sr **JOSÉ FRANCISCO THUM**, domiciliado nesta capital, no uso das atribuições legais que lhe confere o **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF**, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, devidamente inscrita no CNPJ Nº , estabelecida na, neste ato representada pelo Sr., Brasileiro, domiciliado e residente cidade de, denominada simplesmente **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

14. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

14.1. Contratação de empresa para **Aquisição de Soluções de TIC (Hardware, Software), Drones, periféricos e acessórios específicos para o IDAF/AC**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades deste Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF.

LOTE I

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Solução Centralizada de Armazenamento de Dados de Alta Capacidade e Confiabilidade (Storage Array) Dell PowerVault ME5024	UN	xx	R\$	R\$
02	Soundbar para Monitor	UN	xx	R\$	R\$
03	Teclado Empresarial com Teclas Multimídia, Conexão com Fio e Layout ABNT2	UN	xx	R\$	R\$
04	Mouse Empresarial com Tecnologia Laser, Conexão com Fio e Botões Laterais Programáveis	UN	xx	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE I: R\$					

LOTE II

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	Estação de Trabalho de Alto Desempenho para Inteligência Artificial	UN	XX	R\$	R\$
06	Monitor Profissional de 32 Polegadas com Resolução 4K	UN	XX	R\$	R\$
07	SSD Externo Portátil de 2TB, Alta Velocidade (USB 3.2 Gen 2) e Resistente	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL LOTE II: R\$					

LOTE III

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
08	Drone Aéreo Ultra Leve (até 249,9g) com Câmera 4K e Kit de Voo Estendido	UN	03	R\$	R\$

09	Drone Profissional Enterprise com Câmera Avançada e Detecção Omnidirecional	UN	02	R\$	R\$
10	Drone FPV Imersivo com Câmera 4K e Kit Multibateria	UN	01	R\$	R\$
11	Hub de Carregamento Triplo Inteligente para Baterias de Drone (para drone Mini 2/SE)	UN	01	R\$	R\$
12	Hub de Carregamento Triplo Inteligente para Baterias de Drone (para drone Mini 5 Pro)	UN	03	R\$	R\$
13	Hub de Carregamento Quadruplo Inteligente da série DJI Matrice 4	UN	04	R\$	R\$
14	Carregador Rápido USB-C DJI 65W BR - DJI1030	UN	05	R\$	R\$
15	Carregador Rápido de 100W com Porta USB-C (PD) e Porta USB-A	UN	03	R\$	R\$
16	Bateria de Voo inteligente para Drone Mini 2/SE (~ 31 Minutos de autonomia (STD))	UN	03	R\$	R\$
17	Bateria de Voo inteligente para Drone Mini 5 Pro (~ 52 Minutos de autonomia (PLUS))	UN	09	R\$	R\$
18	Bateria de Voo inteligente para Drone Matrice 4E Séries (~ 45 Minutos de autonomia (HC))	UN	18	R\$	R\$
19	Cartão de Memória Micro SDXC de 128GB, Alta Velocidade (U3/V30) e Resistente	UN	14	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE III: R\$					

LOTE IV

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	Switch de Agregação L3 de Alta Capacidade (Portas 10G SFP+ e 25G SFP28)	UN	XX	R\$	R\$
21	Switch Enterprise L3 com 48 Portas 2.5GbE PoE+ (e 4 Uplinks 10G SFP+)	UN	XX	R\$	R\$
22	Switch Enterprise L3 de 24 Portas PoE+ (com 12 Portas 2.5GbE e 2 Uplinks 10G SFP+)	UN	XX	R\$	R\$
23	Câmera de Vigilância IP Tipo Dome (5MP, Visão Noturna, PoE)	UN	XX	R\$	R\$
24	Controlador de Rede UniFi com NVR Integrado (e Armazenamento de 1TB)	UN	XX	R\$	R\$
25	Access Point Wi-Fi 6 de Longo Alcance (Alimentação PoE+)	UN	XX	R\$	R\$
26	Access Point Wi-Fi 6E Enterprise (Uplink 2.5GbE, PoE+)	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL LOTE IV: R\$					

LOTE V

ITEM	ESPECIFICAÇÕES SIMPLES	UNIDADE	QUANT. P/ CONSUMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	Aquisição de Licença de Software Perpétua para Processamento Fotogramétrico e Geração de Ortofotos, Pix4Dmapper ou equivalente funcional.	UN	XX	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE V: R\$					

15.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

15.1.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

15.1.1.

O Termo de Referência;

15.1.2.

O Edital da Licitação;

15.1.3.

A Proposta do contratado;

15.1.4.

Eventuais anexos dos documentos supracitados.
16.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

16.1.

DA VIGÊNCIA

16.1.1.

O prazo de vigência do instrumento contratual a ser firmado com a CONTRATADA, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

16.1.2.

O prazo de vigência não será prorrogado por iguais e sucessivos períodos, tendo em vista a natureza dos objetos, ressalvada a possibilidade de prorrogação excepcional e devidamente justificada, nos termos da legislação vigente, exclusivamente para fins de cumprimento das obrigações de garantia que extrapolem o prazo contratual.

16.1.3.

No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

16.2.

DA EFICÁCIA

16.2.1.

A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

16.2.2.

A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

16.2.2.1.

20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
17.

CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1.

LOCAL DE ENTREGA:

17.1.1.

Sede do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre, situada na Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, conforme a necessidade do órgão descrita nas ordens de entrega dos objetos.

17.1.2.

30 (Trinta) dias a contar do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE.

17.2.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

17.2.1.

A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

17.2.2.

O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

17.2.3.

No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

17.2.4.

Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

17.3.

DO RECEBIMENTO

17.3.1.

O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

17.3.1.1.

Provisoriamente: Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

17.3.1.2.

Definitivamente: Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

17.3.2.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.3.3.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

17.3.4.

A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

17.3.5.

No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

17.3.6.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)

17.3.7.

Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

17.3.8.

Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro

17.4.

DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DETALHADA:

17.4.1.

LOTE I			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
01	SOLUÇÃO CENTRALIZADA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE ALTA CAPACIDADE E CONFIABILIDADE (Storage	UN	36 meses de suporte avançado. <ul style="list-style-type: none">Atendimento 24x7 (telefone, chat ou portal) com técnicos especializados.Suporte para hardware e software de terceiros (quando relacionado ao servidor).Diagnóstico remoto mais rápido e prioridade no atendimento.

	Array): Dell ME5024 Storage Array:		<ul style="list-style-type: none"> Caso seja identificada a necessidade de substituição de peça ou manutenção presencial, a Dell garante que um técnico autorizado comparecerá no local em até 4 horas (dentro do horário de cobertura e nas regiões atendidas).
02	SOUNDBAR PARA MONITOR DELL - Soundbar Dell SB521A	UN	12 Meses
03	TECLADO EMPRESARIAL COM TECLAS MULTIMÍDIA, CONEXÃO COM FIO E LAYOUT ABNT2 – Teclado Multimídia Empresarial da Dell - KB522:	UN	90 dias
04	MOUSE EMPRESARIAL COM TECNOLOGIA LASER, CONEXÃO COM FIO E BOTÕES LATERAIS PROGRAMÁVEIS - Mouse Laser com fio Dell – MS3220:	UN	90 dias

17.4.2.

LOTE II			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
01	ESTAÇÃO DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO PARA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - Workstation IA contendo	UN	<ul style="list-style-type: none"> Garantia das Peças (Hardware): <ul style="list-style-type: none"> Todas as peças e componentes que compõem o computador possuir garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, contados a partir da data de entrega do equipamento ao contratante. A substituição de peças defeituosas será realizada pelo fornecedor sem ônus adicional ao contratante, exceto em casos de mau uso, danos acidentais ou modificações não autorizadas. Suporte Técnico Especializado: <ul style="list-style-type: none"> Será disponibilizado suporte técnico por 36 (trinta e seis) meses a contar da data de entrega do equipamento. O suporte compreenderá atendimento remoto e/ou presencial (quando necessário) para diagnóstico, configuração, formatação, reinstalação de software original e orientações de uso. O suporte técnico não inclui a substituição gratuita de peças após o término do período de 12 (doze) meses de garantia de hardware.
02	MONITOR PROFISSIONAL DE 32 POLEGADAS COM RESOLUÇÃO 4K	UN	12 meses

03	SSD EXTERNO PORTÁTIL DE 2TB, ALTA VELOCIDADE (USB 3.2 GEN 2) E RESISTENTE – Similar ao SSD Externo Portátil SanDisk Extreme, 2TB:	UN	12 meses
----	--	----	----------

17.4.3.

LOTE III

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
01	DRONE AÉREO ULTRA LEVE (ATÉ 249,9G) COM CÂMERA 4K E KIT DE VOO ESTENDIDO – Drone similar ao Dji Mini 5 Pro Combo Fly More Plus	UN	12 meses <ul style="list-style-type: none"> Todas as peças, componentes eletrônicos e mecânicos do drone (incluindo controladora de voo, motores, hélices, sensores e bateria) possuem garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, contados a partir da data de entrega do equipamento ao contratante. A substituição de peças defeituosas será realizada pelo fornecedor sem ônus adicional ao contratante, exceto em casos de mau uso, queda, danos ocasionados por condições climáticas adversas, modificações não autorizadas ou uso em desacordo com as orientações do fabricante.
02	DRONE PROFISSIONAL ENTERPRISE COM CÂMERA AVANÇADA E DETECÇÃO OMNIDIRECIONAL – Drone DJI Matrice 4E	UN	12 meses <ul style="list-style-type: none"> Todas as peças, componentes eletrônicos e mecânicos do drone (incluindo controladora de voo, motores, hélices, sensores e bateria) possuem garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, contados a partir da data de entrega do equipamento ao contratante. A substituição de peças defeituosas será realizada pelo fornecedor sem ônus adicional ao contratante, exceto em casos de mau uso, queda, danos ocasionados por condições climáticas adversas, modificações não autorizadas ou uso em desacordo com as orientações do fabricante.
03	DRONE FPV IMERSIVO COM CÂMERA 4K E KIT MULTIBATERIA – Drone DJI Avata 2 Fly More Combo (3 Baterias)	UN	12 meses <ul style="list-style-type: none"> Todas as peças, componentes eletrônicos e mecânicos do drone (incluindo controladora de voo, motores, hélices, sensores e bateria) possuem garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou vícios de qualidade, contados a partir da data de entrega do equipamento ao contratante. A substituição de peças defeituosas será realizada pelo fornecedor sem ônus adicional ao contratante, exceto em casos de mau uso, queda, danos ocasionados por condições climáticas adversas, modificações não autorizadas ou uso em desacordo com as orientações do fabricante.
04	HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO PARA BATERIAS DE DRONE (MINI 2/SE) – Hub de	UN	90 dias

	Bateria Triplo Original Dji Mini 2:		
05	HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO INTELIGENTE PARA BATERIAS DE DRONE (PARA DRONE MINI 5 PRO) – Hub de Carregamento de Bateria Triplo Original DJI Mini 5 Pro:	UN	90 dias
06	HUB DE CARREGAMENTO TRIPLO INTELIGENTE PARA BATERIAS DE DRONE (COM MODO DE ARMAZENAMENTO - PARA DRONE MATRICE 4E) – HUB DE BATERIA TRIPLO ORIGINAL MATRICE 4:	UN	90 dias
07	CARREGADOR RÁPIDO USB-C DJI 65W BR - DJI1030	UN	90 dias
08	CARREGADOR RÁPIDO DE 100W COM PORTA USB-C (PD) E PORTA USB-A – CARREGADOR DJI USB-C 100W:	UN	90 dias
09	BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MINI 2/SE (~ 31 MINUTOS DE AUTONOMIA (STD))	UN	12 meses e ciclo de carga menos a 200 vezes
10	BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MINI 5 PRO (~ 52 MINUTOS DE AUTONOMIA (PLUS))	UN	12 meses e ciclo de carga menos a 200 vezes
11	BATERIA DE VOO INTELIGENTE PARA DRONE MATRICE 4E SÉRIES (~ 45 MINUTOS DE AUTONOMIA (HC))	UN	12 meses e ciclo de carga menos a 200 vezes
12	CARTÃO DE MEMÓRIA MICRO SDXC DE 128GB, ALTA VELOCIDADE (U3/V30) E RESISTENTE:	UN	Mínimo de 36 meses

17.4.4.

LOTE IV

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
01	SWITCH DE AGREGAÇÃO L3 DE ALTA CAPACIDADE (PORTAS 10G SFP+ E 25G SFP28) – Switch Ubiquiti Hi-Capacity Aggregation:	UN	12 meses
02	SWITCH ENTERPRISE L3 COM 48 PORTAS 2.5GBE POE+ (E 4 UPLINKS 10G SFP+) – Switch 48 portas Ubiquiti Enterprise:	UN	12 meses
03	SWITCH ENTERPRISE L3 DE 24 PORTAS POE+ (COM 12 PORTAS 2.5GBE E 2 UPLINKS 10G SFP+) – Switch 24 portas Ubiquiti Enterprise:	UN	12 meses
04	CÂMERA DE VIGILÂNCIA IP TIPO DOME (5MP, VISÃO NOTURNA, POE) – Camera G5Dome:	UN	12 meses

05	CONTROLADOR DE REDE UNIFI COM NVR INTEGRADO (E ARMAZENAMENTO DE 1TB) – Gerenciador de Rede UniFi Cloud Key Gen2 Plus (UCK-G2-PLUS)	UN	12 meses
06	ACCESS POINT WI-FI 6 DE LONGO ALCANCE (ALIMENTAÇÃO POE+) – Access Point U6 Long-Range:	UN	12 meses
07	ACCESS POINT WI-FI 6E ENTERPRISE (UPLINK 2.5GBE, POE+) – Access Point U6 Enterprise:	UN	12 meses

17.4.5.

LOTE V			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	GARANTIA
01	SOFTWARE DE PROCESSAMENTO FOTOGRAMÉTRICO E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS – 02 LICENÇAS PERPÉTUAS - PIX4DMAPPER	UN	As licenças deverão ser perpétuas e incluir acesso a um período inicial de suporte técnico do fabricante/fornecedor e atualizações (conforme política padrão para licenças perpétuas do software de referência ou equivalente). O licenciamento comercial deve permitir o uso irrestrito pelo IDAF/AC em suas atividades institucionais.

18. CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

18.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18.6. PREPOSTO

18.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

18.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

18.7. FISCAL DO CONTRATO

18.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

18.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

18.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

18.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

18.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

18.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

18.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

18.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

18.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

18.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

18.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

18.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

18.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

18.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

- 18.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 18.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 18.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 18.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 18.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 18.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 18.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 18.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 18.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 18.7.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações.
- 18.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

18.8. **GESTOR DO CONTRATO**

- 18.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 18.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 18.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 18.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 18.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 18.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 18.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 18.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 18.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 18.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 18.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 18.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 18.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 18.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 18.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 18.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 18.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 18.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 18.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 18.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 18.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 18.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 18.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

19. **CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

20. **CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO**

- 20.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

21. **CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

- 21.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.
- 21.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 21.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:
- a) Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF
- b) CNPJ nº 05.509.035/0001-74

21.4.	A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
21.5.	Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
21.6.	Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
21.6.1.	EM = N X VP X I/365), onde:
21.6.2.	EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
21.6.3.	N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
21.6.4.	VP = Valor da parcela em atraso; e
21.6.5.	I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.
21.7.	Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF , localizado naRodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.
21.8.	Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
21.9.	Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
21.10.	A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
21.11.	Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
22.	CLÁUSULA NONA – REAJUSTE
22.1.	Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
22.2.	Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
22.3.	Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
22.4.	No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
22.5.	Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
22.6.	Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
22.7.	Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
22.8.	O reajuste será realizado por apostilamento.
23.	CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
23.1.	Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
23.2.	Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
23.3.	Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
23.4.	Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado
23.5.	Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
23.6.	Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
23.7.	Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
23.8.	Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
23.9.	A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
23.10.	Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
23.11.	Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
23.12.	A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
24.	CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
24.1.	O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
24.2.	Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
24.3.	Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
24.4.	Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
24.5.	Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
24.6.	Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

24.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

24.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

24.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

24.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

24.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

24.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

24.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

24.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

24.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

24.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

25. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

25.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

26. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste certame licitatório, a Administração do Órgão, garantida a prévia defesa, aplicará as fornecedoras as sanções previstas no Edital e seus anexos. E o seguinte:

26.2. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o presente contrato ou a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste termo, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no Decreto Estadual nº. 5.965 de 2010 e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.

26.3. Contratada será responsável por quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, durante o prazo de garantia do(s) item(ns), devendo providenciar a troca do(s) mesmo(s), sob pena de ser considerado como inexecução parcial do contrato.

26.4. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução que vierem a acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

26.5. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

- 26.5.1. advertência;
- 26.5.2. multa;
- 26.5.3. suspensão;
- 26.5.4. Declaração de inidoneidade.

26.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

26.7. Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos de:

26.8. dois anos para as licitações realizadas nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, para os seus respectivos contratos e para os contratos decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e

26.9. cinco anos para as licitações realizadas na modalidade pregão e para os seus respectivos contratos.

26.10. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

26.11. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

26.12. 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;

26.13. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

26.14. 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e

26.15. 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame, tais como:

- a) proposição de recursos manifestamente protelatórios;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- d) não cumprimento dos requisitos de habilitação na modalidade pregão, embora o licitante tenha declarado previamente no certame que os cumpria;
- e) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, na modalidade pregão, consoante valor ofertado nas fases de lances ou de negociação; e
- f) tumultuar a sessão pública da licitação

26.16. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta vencedora, ou sua correspondente nas dispensas e inexigibilidades de licitação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração ou pelo descumprimento de qualquer cláusula pactuada, a

execução do descumprimento do prazo de realização ou entrega do objeto;

26.17. a multa será executada com a observação da seguinte ordem:

- 26.17.1. mediante desconto no valor da garantia da proposta ou do contrato;
- 26.17.2. mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; e
- 26.17.3. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

26.18. O atraso para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

26.19. Em despacho com fundamentação sumária poderá ser relevado o atraso não superior a cinco dias.

26.20. Decorridos trinta dias de atraso na execução do objeto do contrato, a nota de empenho será cancelada e o contrato rescindido, exceto na existência de justificado interesse do órgão ou entidade contratante em admitir atraso superior a trinta dias, que será penalizado na forma do inciso II, do caput. § 6º.

26.21. As penalidades de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a de multa.

26.22. Suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, por prazo não superior a dois anos, podendo chegar a cinco anos em se tratando da modalidade pregão.

26.23. A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública, e será aplicada, dentre outros, nos seguintes casos e períodos.

26.24. Por até trinta dias:

26.24.0.1. Quando vencido o prazo de advertência para cumprimento de obrigação, o fornecedor permanecer inadimplente; ou

26.24.0.2. Quando o fornecedor deixar de entregar, no prazo estabelecido pela Administração, os documentos exigidos.

26.25. De trinta dias a seis meses:

- a) para o fornecedor que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) recebimento de duas penalidades de advertência, em prazo inferior a doze meses;
- c) recebimento pela segunda vez da penalidade sancionada na forma do inciso I, em prazo inferior a vinte quatro meses;
- d) recebimento de uma segunda penalidade de multa, por qualquer uma das seguintes condutas:

26.26. atraso na execução do objeto;

26.27. alteração da sua quantidade ou qualidade.

26.28. de seis a doze meses, nas situações de:

a) a retardamento imotivado na execução de serviço, obra e fornecimento de bens,

b) que implique em necessária rescisão contratual;

c) não pagamento da pena de multa no prazo estabelecido,

d) nas situações bem que não for possível o desconto da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; ou

e) recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso II, em prazo inferior a trinta e seis meses.

26.29. de doze a vinte e quatro meses:

a) prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação, dentre os quais o conluio entre empresas;

b) apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados nas licitações ou na execução do contrato, incluindo o Cadastro Unificado de Fornecedores - CADUF;

c) condenação definitiva pela prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos relacionados ao contrato;

d) quando o fornecedor paralisar serviço, obra ou fornecimento de bens sem justa motivação e prévia comunicação à Administração;

e) entrega de objeto contratual falsificado ou adulterado;

f) prática de sérios atos de inexecução contratual ou de ilícitos administrativos graves; ou

g) recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso III, em prazo inferior a quarenta e oito meses.

26.30. Nos casos de recebimento pela segunda vez de penalidade sancionada na forma do inciso IV, ocorridas no período de até sessenta meses, desde que a primeira sanção tenha sido aplicada na gradação máxima, poderá a segunda sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.

26.31. A partir da terceira conduta sancionada na forma do inciso IV, ocorridas no período de até sessenta meses, qualquer que tenha sido a pena aplicada, poderá a terceira sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.

26.32. Declaração de inidoneidade é a sanção que qualifica negativamente o fornecedor, impedindo-o de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção.

26.33. A declaração de inidoneidade só poderá ser aplicada para as condutas previstas nas alíneas “a” a “g” do inciso IV, do § 1º, do art. 20, desde que existam prejuízos a serem ressarcidos à Administração.

26.34. A reabilitação do fornecedor perante a Administração se dará pelo cumprimento de obrigações de fazer, de pagar ou por ambas.

26.35. No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar desde já, para fins de reabilitação do licitante ou contratado, as obrigações de fazer ou o valor do ressarcimento e os critérios de correção nas obrigações de pagar.

26.36. A aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos I a III do art. 17 é atribuição da autoridade competente, podendo ser delegada, e a sanção prevista no inciso IV do art. 17 é de competência exclusiva da autoridade superior.

26.37. A autoridade que aplicar as sanções estabelecidas neste Decreto determinará a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Estado, no qual deverá conter as seguintes informações:

26.37.1. I. nome do fornecedor e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas

26.37.2. II. Jurídicas CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas -CPF;

26.37.3. III. nome e CPF de todos os sócios;

26.37.4. IV. sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento;

26.37.5. V. órgão ou entidade e autoridade que aplicou a sanção; e

26.37.6. VI. número do processo

27. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

27.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

27.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

27.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

27.3. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

27.4. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

27.5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

27.6. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

27.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

27.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

27.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas

28. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

28.2. Cód. Órgão / Unidade Executora: 753/207

28.3. Programa de Trabalho:

28.4. Elemento de Despesa: 44.90.52.00; 33.90.30.00; e 33.90.39.00

28.5. Fonte de Recurso:15010700

29. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANTICORRUPÇÃO

29.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

29.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

30. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DOS CASOS OMISSOS**

30.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Estado do Acre, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

31. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

31.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

31.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

31.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

32. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA– PUBLICAÇÃO**

32.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

33. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

33.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio Branco - Ac, XX de XXX de 2026

José Francisco Thum
PRESIDENTE - IDAF
Decreto Estadual nº 48-P, publicado no DOE nº 13.444
Contratante

XXXX
Representante Legal
XXXXXXXXXX
Contratada



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DOUGLAS DA SILVA COSTA, Chefe de Divisão**, em 20/05/2026, às 09:10, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020924543** e o código CRC **58DC00C0**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 3. DO TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Unid.	Qtd Registro	Qtd Consumo	Valor Unitário	Valor Total
01	xx	Und.	xx	xx	xxxxxxx	xxxx

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
- O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.